

SOCICOM DEBATE

A comunicação pública em questão: crise na EBC

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-64594-06-7



9 788564 594067



Diretoria SOCICOM (2014 - 2016)

Margarida Maria Krohling Kunsch
Presidente

Ruy Sardinha Lopes
Vice-presidente

Maria Cristina Gobbi
Diretora administrativa

Maria Berenice da Costa Machado
Diretora de relações nacionais

Sonia Virginia Moreira
Diretora de relações internacionais

Conselho Fiscal

Eneus Trindade Barreto Filho (ABP2)
Adolpho Carlos França Queiroz (Politicom)
Mirna Tonus (FPNJ)

Conselho Deliberativo

José Marques de Melo (Intercom)
Presidente

SOCICOM Debate

Organizador

Ruy Sardinha Lopes

Editoração

Francisco Menegat
Maria Berenice da Costa Machado



Ruy Sardinha Lopes
(Organização)

SOCICOM DEBATE
A comunicação
pública em questão:
crise na EBC

2ª edição

São Paulo
SOCICOM
2016

Ficha Catalográfica

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

S678L SOCICOM debate : a comunicação pública em questão : crise na EBC /
 Ruy Sardinha Lopes (organização) – 2.ed. -- São Paulo : SOCICOM, 2016.
 83 p.

ISBN 978-85-64594-06-7

1. Comunicação – Aspectos sociais - Brasil 2. Telecomunicações - Brasil
3. Empresas públicas - Brasil 4. Empresa Brasil de Comunicação
I. Lopes, Ruy Sardinha II. Federação Brasileira das Associações Científicas e
Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM).

CDD 21.ed. – 301.16

Sumário

Apresentação - Crise na EBC: uma discussão necessária!

Ruy Sardinha Lopes 6

Medios públicos deconstruídos: cambios en el panorama de la gestión de la comunicación estatal en América Latina

Martín Becerra 8

Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia

Laurindo Lalo Leal Filho 20

Por que a EBC é alvo dos ataques governo Temer?

Ivonete da Silva Lopes 31

A tragédia anunciada da EBC

Eugênio Bucci 40

Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Rita Freire 45

Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública da EBC

Joseti Marques 67

Notas sobre a programação infantil da TV Brasil e o respeito às crianças brasileiras

Inês Vitorino Sampaio

Andrea Pinheiro P. Cavalcante 72

Apresentação

Crise na EBC: uma discussão necessária!

Quando, no início deste ano, propusemos o tema do II Fórum SOCICOM-INTERCOM – **O papel da informação na democracia e os oligopólios de mídia** – nossa intenção era discutir as recentes atuações dos conglomerados de mídia nos processos políticos da América Latina. O protagonismo da mídia televisiva e impressa no desmonte e no processo que levaria ao *impeachment* da presidenta recém-eleita Dilma Rousseff reacendia a necessidade e urgência do debate. Do momento da idealização até a sua realização, no dia 07/09, durante o XXXIX Congresso da Intercom, o país começou a lidar com o estilo e medidas do já não mais interino novo presidente da República Michel Temer.

Se o anúncio da fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação já causara grande reação contrária da comunidade científica, acadêmica e das comunicações, a tentativa, ainda que frustrada¹, de demitir o diretor presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo Melo, em plena vigência de seu mandato demonstrara o quanto as Comunicações se tornara uma área “sensível”. A realização do Fórum, que contou com as participações de Venício Lima(UnB), Claudia Lago (ECA-USP) e Ana Flavia Marx (Centro de Mídia Barão de Itararé), fora surpreendido, entretanto, com a edição, no dia 02 de setembro, de uma nova medida provisória (MP744)² que extinguiu o Conselho Curador da EBC, o que na prática acabava com o caráter público da Empresa.³ Como não podia deixar de ser, boa parte dos debates aí travados se deu no sentido do repúdio a tal medida. Surgia assim, a proposta da publicação deste **SOCICOM Debate**.

¹ Em 17 de maio o então presidente da EBC foi exonerado e substituído. Tal ato foi derrubado por meio de liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Tóffoli, por ferir a Lei 11.652/08. Com a edição da MP744 e após nova reversão de sua exoneração, o presidente é definitivamente afastado de seu cargo.

² Ver https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv744.htm

³ Como afirma Rita Freire, então presidente do Conselho Curador da EBC, em artigo presente nesse Caderno: “A MP 744 retirou da Lei da EBC todas as menções ao Conselho Curador e às suas atribuições, ignorando a Constituição, que determina a complementariedade da comunicação, e contrariando a própria Lei da EBC que, nos incisos VIII e IX do Art. 2, estabelece autonomia em relação ao governo e garante participação social. Com a medida, a sociedade civil ficou automaticamente fora da governança da empresa de comunicação pública.”

O objetivo desta edição não é fazer a defesa acrítica da EBC mas refletir sobre a importância e os avanços necessários da comunicação pública no Brasil, às vésperas de seu aniversário de 50 anos. Assim, se ainda nos falta muito para que o sistema de comunicação social existente entre nós "atenda democraticamente os princípios de diversidade, pluralidade e acesso universal, que fundamenta os direitos à informação e à comunicação para todos" (Teresa Otundo), e que, como vimos insistindo, a questão essencial de edição de um novo marco regulatório das mídias ainda não tenha encontrado condições políticas e parlamentares para ser implementado em nosso país, é incontestável que a reorganização do sistema público estatal de televisão, incluindo mecanismos democráticos como um Conselho Curador com relativa autonomia em relação aos governos vigentes, proporcionada pelos governos anteriores, representava uma importante conquista.

Assim, como dão a entender alguns dos autores aqui reunidos – a quem agradecemos a enorme disponibilidade em contribuir para esse debate – se caberia ao novo governo avançar no sentido de tornar a Empresa realmente um "polo verdadeiramente público, e não mais estatal-governamental" (Bucci), a opção foi pelo retrocesso. Entender as razões dessa medida e as consequências desse retrocesso e, dessa forma, contribuir para o debate em prol da democratização das comunicações em nosso país é, pois, o que moveu a SOCICOM a fomentar esse Debate.

Ruy Sardinha Lopes

Vice-presidente da SOCICOM

Medios públicos deconstruidos: cambios en el panorama de la gestión de la comunicación estatal en América Latina

Martín Becerra¹

Lo ideal y lo real

Al analizar la experiencia del servicio público que en 1962 era reciente en Europa, Antonio Pasquali postuló que el sistema radiotelevisivo puede denominarse “servicio público” cuando satisface los requisitos siguientes: no pertenece a privados; es mayoritariamente financiado por el Estado, es decir con dineros públicos y no con publicidad comercial; tiene autonomía e independencia política ante el Poder Ejecutivo y autonomía ante los poderes económicos; es un servicio no-gubernamental y desgubernamentalizado; está bajo supervisión del Poder Legislativo o de una autoridad especial supra partes y aplica criterios de *par condicio* en el tratamiento de la política interna; ofrece servicios diversificados, complementarios y universales (maximización de coberturas y atención a todos los estratos socioculturales); se impone a sí mismo elevados estándares cualitativos y de moral social” (en Safar y Pasquali, 2006: 74).

La definición de Pasquali sintetiza atributos que en diferentes latitudes se asignan al funcionamiento de un auténtico servicio público. Por ejemplo, la UNESCO (2006) cita al Consejo de la Comisión Europea de Televisión Independiente y señala que un servicio público de radio y televisión debe proveer:

- Amplia cobertura de programas que satisfacen una variedad de preferencias e intereses, que son considerados en los planes de producción;

¹ Doutor em Comunicações - Universidad Nacional de Quilmes – UBA – Conicet.

- Alta calidad técnica y niveles de producción, demostrando un adecuado financiamiento e innovación y diferenciación, utilizando todos los modernos recursos televisivos, para apoyar el rol en la televisión educativa;
- Tomar en consideración los elementos culturales, lingüísticos y sociales de las poblaciones minoritarias y otras necesidades e intereses especiales en particular en la educación, incluyendo programas para las escuelas y producciones para los discapacitados;
- Atender los intereses regionales y comunidades particulares y reflejando las regiones entre ellas;
- Identidad nacional, constituyéndose en “la voz de la nación”, el lugar donde acude la gente durante los eventos nacionales;
- Gran cantidad de producciones originales, para ser exhibidas por primera vez;
- Demostrar una verdadera voluntad al enfrentar riesgos creativos, tele-espectadores críticos, complementando otros canales de RSP y aquellos que solo tienen el mercado como objetivo;
- Un marcado sentido de independencia e imparcialidad, noticias con sólido respaldo, un foro para el debate público, garantizando la pluralidad de opiniones y un electorado bien informado;
- Cobertura universal;
- Publicidad comercial limitada (un máximo de siete minutos a lo largo del día);
- Costos reducidos - ya sean programas gratuitos a la hora de su exhibición o a precios al alcance de la gran mayoría de la población.

Estas definiciones tienen un propósito orientador para reflexionar sobre las experiencias reales de desarrollo y gestión de televisión y radio estatal en América Latina. Huelga señalar que no hay un solo caso que cumpla en simultáneo con todos los requisitos mencionados, pero sí es posible citar ejemplos virtuosos en algunos casos, tanto en términos de financiamiento, de diseño y control institucional, como de programación. Es decir que, en la experiencia latinoamericana, la gestión de los medios estatales no tuvo misiones ni funciones de medios públicos según el ideal que rigió en otras latitudes y que suele citar la literatura especializada en la materia.

En 2006 UNESCO publicó un manual de “buenas prácticas” para los medios de gestión pública y listó una serie de atributos que contribuirían a alcanzar el ideal del medio público: independencia editorial; universalidad; diferenciación; diversidad; información imparcial; educación/instrucción; conocimiento; cohesión social; ciudadanía; responsabilidad y credibilidad.

Estos son, por supuesto, conceptos abstractos que requieren una laboriosa traducción a escenarios sociales, políticos, culturales y económicos específicos. Como sucede con otros ideales de políticas públicas, la concreción de avances para construir las emisoras de televisión y radio de servicio público puede significar un cambio copernicano si se parte de una historia alejada de los principios enunciados.

Ómar Rincón afirma que para definir a los medios públicos en América Latina es preciso, antes que atender las diferencias entre el ideal normativo y su desarrollo histórico concreto, reconocer como elemento común lo que distingue a esas emisoras de las privadas. Los medios públicos latinoamericanos postulan un tipo de enunciación diferente a la de los medios privados comerciales. Este punto de partida puede parecer evidente, pero sin embargo alude a la necesidad que en diferentes períodos históricos y en países distintos tuvieron gestiones gubernamentales de variado signo político, de contar con espacios mediáticos que no fuesen privados comerciales.

Esa necesidad se tradujo, en muchos países, en el uso de los medios estatales como propaganda gubernamental, en el entendimiento de que el poder político precisaba dispositivos propios de comunicación frente a distorsiones informativas o ataques editoriales, según el caso, que percibían por parte de grandes medios privados de comunicación.

Los grandes medios privados son la constante del paisaje mediático de América Latina: aún con las diferencias propias de desarrollos y estructuras sociodemográficas muy dispares, es posible identificar tendencias comunes a los diferentes países de la región (ver Becerra y Mastrini, 2009): en primer lugar, la lógica comercial ha guiado casi en soledad el

funcionamiento del sistema mediático en América Latina; en segundo lugar, y de modo complementario, se comprueba la ausencia de servicios de medios públicos no gubernamentales con audiencia real; en tercer lugar, se destaca el alto nivel de concentración de la propiedad del sistema de medios, liderado en general por unos pocos grupos; y en cuarto lugar, hay que mencionar la centralización de la producción de contenidos en los principales centros urbanos, relegando así al resto de las zonas de cada país al rol de consumidores de contenidos producidos por otros.

De manera que la concentración de la propiedad y la tendencia creciente a la propiedad cruzada de medios se manifiestan en América Latina con la ausencia de una cultura institucional de medios públicos no lucrativos que estimulen la diversidad. Ello se traduce en un marco de intervención de grandes grupos privados con escasos márgenes de incidencia para otros actores sociales, económicos, políticos o culturales.

Todo esto configura un modelo jerárquicamente definido por una elite de empresas ligadas a los gobiernos de turno. Los grupos concentrados, reacios a cualquier cambio que ponga en riesgo sus posiciones privilegiadas, constituyen una suerte de "marca de la constitución mediática" del imaginario nacional en países como México (Televisa), Brasil (Globo), Argentina (Clarín), Colombia (Caracol-El Tiempo), Chile (El Mercurio, Copesa) y Venezuela (Cisneros). En ausencia de medios públicos que ofrezcan a la ciudadanía una perspectiva plural, no mercantilista, masiva y de calidad, son los grandes grupos comerciales los que tienden a validar y representar su propio interés (y el de sus alianzas, lo cual muchas veces incluye al estamento político gobernante), como el interés general. En la región algunos países tienen un sistema televisivo altamente concentrado en un operador (como Brasil con el Grupo Globo) o en un duopolio, como México (con Televisa y Azteca TV) y Colombia (Caracol y RCN), donde si bien existen canales de gestión estatal, su impacto en términos de audiencia y, en ocasiones, de alcance geográfico de la señal, es muy acotado.

La carencia de medios públicos plurales, diversos, no lucrativos y masivos en la región se vincula, de modo sobresaliente, con el tipo de configuración de un espacio

público en el que la programación comercial de los medios audiovisuales se complementa con la existencia de emisoras que propagandizan la acción gubernamental y que concitan escasa atención de la sociedad.

Como sostienen Hallin y Mancini “América latina, hasta el momento, ha sido la única región del mundo, exceptuando a América del Norte, donde la radiodifusión se ha desarrollado como un proyecto fundamentalmente comercial” (2008: 93). En efecto, el servicio público audiovisual, gestionado por entes públicos no gubernamentales, se ha revelado durante décadas en otras latitudes (Europa, Canadá) como un virtuoso reaseguro de pluralidad ante la lógica puramente lucrativa de los operadores comerciales del sistema de medios (ver De Mateo y Bergès, 2009 y Fuenzalida, 2000).

América Latina cultiva una tradición en la regulación del sector audiovisual diferente a la de otras latitudes. En Europa, el modelo de “servicio público” audiovisual, de propiedad estatal se expandió a partir del fin de la Segunda Guerra a través de emisoras no gubernamentales, lo cual en la mayoría de los países fue ejercido hasta los años ochenta en régimen de monopolio por un ente público cuya integración y dirección varía según el país que se considere (desde entes definidos por la representación parlamentaria hasta otros que incluyen representaciones de gobiernos federados, iglesias, sectores de la sociedad civil). Fue el espíritu de la “reforma social, alentado por el ‘reconstruccionismo’ de posguerra”, en palabras de Van Cuilenburg y McQuail (2003), lo que motivó a Europa Occidental a promover la conformación de servicios públicos audiovisuales, junto al “injusto equilibrio político de la prensa escrita capitalista. En el continente europeo, el fin de la Segunda Guerra Mundial otorgó la posibilidad, y en ciertos casos la necesidad, de reconstruir íntegramente el sistema de medios sobre líneas más democráticas luego de la guerra, la ocupación o la dictadura. Incluso la sagrada prensa gráfica pudo legítimamente ser conducida dentro del alcance de la política. El espíritu general de época estaba favorablemente predispuesto al cambio progresivo y al planeamiento social en todas las esferas de la vida” (Van Cuilenburg y McQuail, 2003).

Por ello, porque fue gestado tras la experiencia de manipulación facciosa de la información en la contienda bélica entre 1939 y 1945, el modelo de servicio público expresa la necesidad de garantizar al prestador de radiodifusión independencia editorial de los grandes anunciantes y del gobierno y, de modo complementario, independencia económica. El servicio público comprende la obligación de su provisión a todos los ciudadanos, independientemente de su lugar de residencia y de su situación socioeconómica. De modo que garantizar el financiamiento público del servicio audiovisual generó acuerdos que incluyeron la obligación del prestador del servicio sobre: la prestación del servicio universal, el culto a la diversidad de contenidos en términos políticos, sociales y culturales; la prosecución de metas no lucrativas de servicio para el público en general y para grupos especiales y minorías. Esta formulación decididamente normativa del servicio público obedeció a las condiciones que emergieron de la posguerra en Europa. Por cierto que no todos los países comprometieron con el mismo énfasis el desarrollo de sus servicios públicos (Bustamante, 2006).

Las nuevas condiciones tecnológicas de convergencia entre los medios audiovisuales, Internet y las telecomunicaciones, constituyen un desafío inédito para la provisión o la gestación de emisoras públicas. Como señala Mastrini, "históricamente los servicios públicos usaron como justificación de su existencia la escasez de frecuencias y la protección de la diversidad y la identidad cultural. Pero el nuevo entorno digital genera condiciones para la existencia de múltiples operadores en radiodifusión abierta e infinitos a través de Internet. Esto ha sido aprovechado por el sector privado, que ha procurado que en la transición del entorno analógico al digital se reconozca la supremacía de los servicios comerciales." (Mastrini, 2011: 5).

En efecto, las fronteras al interior de los medios y entre éstos y otras industrias informacionales (telecomunicaciones, Internet) están siendo superadas por la convergencia tecnológica lo cual potencia el argumento de que la tradición regulatoria de los medios públicos debe cambiar. Este argumento es complementado por el ideario dominante de las últimas décadas que exalta el liderazgo de las fuerzas de mercado

renegando (como indica McChesney, 2002) de las fuerzas públicas que pueden ejercer una función compensatoria en materia de política de medios.

Convergencia y nuevas regulaciones

En América Latina los medios de gestión estatal fueron signados por su impronta gubernamental y, con pocas excepciones como la Televisión Nacional (TVN) de Chile, por su escasa incidencia en la audiencia. Esta situación presenta algunas alteraciones en la última década, nuevos gobiernos en la región asumieron una agenda mucho más atenta a la regulación de la comunicación.

Los gobiernos que postularon –y no siempre ejecutaron- políticas que en el campo de la distribución de los recursos, de la inclusión social o del manejo de resortes estratégicos de la economía se apartaban del libreto neoliberal del Consenso de Washington, recibieron el castigo editorial de los grandes grupos de medios privados comerciales. En este sentido, administraciones tan diferentes como las de Hugo Chávez en Venezuela, Tabaré Vazquez en Uruguay, Cristina Fernández de Kirchner en la Argentina, Evo Morales en Bolivia o Rafael Correa en Ecuador, impulsaron reformas regulatorias con suerte dispar. Uno de esos ejes, sobre el que corresponde enfatizar que no es uniforme, ha sido la promoción, la creación o la recreación de medios estatales. En este conjunto cabe incluir al segundo gobierno de Lula da Silva, quien en 2007 creó la Empresa Brasileña de Comunicaciones (EBC).

Varias de esas políticas hoy están siendo desmontadas por los sucesores de esos gobiernos. En el caso de Brasil, a través de un procedimiento irregular que desplazó a la ex presidenta Dilma Rousseff de la conducción del Estado. Uno de los ámbitos donde hay novedades es en el de los medios estatales, dado que los cambios de gobierno impactan de modo decisivo en la dirección y en la orientación de esos medios. EBC es un caso extremo por cuanto la administración de Michel Temer dedicó recursos a tomar el control político de la emisora, a acentuar su impronta gubernamental, a disolver los ámbitos de

representación de la diversidad política y ciudadana en la gestión de la empresa y, en definitiva, a profanar su carácter público. En otros países de la región el control de los medios estatales por parte de nuevas administraciones gubernamentales no fue tan radical.

El análisis de los medios gestionados por el Estado suele reparar en su cobertura geográfica y social; en sus contenidos, específicamente en su línea editorial e informativa; en el diseño institucional de su dirección y gerencias; en su financiamiento; en la existencia (o no) de mecanismos de participación y escucha del público; y en el aprovechamiento de otras plataformas de emisión y contacto con los usuarios. En este sentido, la experiencia latinoamericana exhibe distintas modalidades de organización de emisoras estatales, si bien casi todas ellas tienen en común la adscripción de la línea editorial e informativa al gobierno de turno, que suele incidir de forma decisiva en la selección y nombramiento de directivos y gerentes. Si bien algunos medios estatales crearon espacios de participación política y social más amplia durante la última década, su funcionamiento distó de corresponderse con los objetivos de agregar pluralismo y diversidad a esas emisoras y, en consecuencia, les quitó legitimidad frente a cambios político-culturales y de valores sociales como los expresados en Argentina tras las elecciones que a fines de 2015 ganó el actual presidente Mauricio Macri.

Resulta prematuro ensayar un planteo concluyente sobre los cambios en curso en las políticas en el sistema de medios latinoamericano, toda vez que se trata de un proceso iniciado hace pocos años que en algunos países (como Brasil o Argentina, con procesos distintos) se ha interrumpido y se ejercitan acciones de signo opuesto.

No obstante, sí es posible tomar algunas lecciones del pasado respecto del manejo gubernamental de los medios estatales. Algunas de las consecuencias que se registran en la historia de la región son:

- a. la subestimación de la capacidad intelectual de selección de las audiencias, que si contaran en los medios públicos con voces que difieran del relato oficial podrían

elaborar con mayor fundamento sus propias perspectivas, en lugar de recibirla digerida por la edición sesgada del medio a cargo del Estado. En el temor a incluir voces diferentes al mensaje oficial subyace la inseguridad para sostener el propio mensaje si éste tuviera contrastes. La clásica paradoja de la intolerancia respecto de la otredad (si escucho al otro puede que se cuestione mi inestable certeza) reclama sus fueros en este caso;

- b. la subestimación de la labor de alfabetización ciudadana que ejercen los medios de comunicación en general y los medios gestionados por el Estado en particular. Esta subestimación remite a una concepción instrumental-propagandística de los medios que erosiona su credibilidad y la legitimidad de su mensaje.

El efecto de los puntos a. y b. es que los medios gestionados por el Estado se hallan en malas condiciones para disputar el interés de la sociedad a los medios comerciales, que a su modo suelen brindar una cantidad de perspectivas menos acotada (lo que no es mucho decir), aunque fuertemente sesgada también, que la de los medios gestionados por el propio Estado.

Aunque lo comercial y lo gubernamental predominan en el escenario de la comunicación masiva, son en ambos casos modelos extremos: uno utilitarista, que justifica la existencia de los medios como estrategia de negocios que requieren de un alto rating y programación sensacionalista, y el otro propagandista, que fundamenta su utilización de los medios estatales en provecho del mensaje de una parcialidad, contingentemente a cargo de la administración pública y que impugna voces críticas.

En ambos casos, la sociedad convertida en audiencia es relegada a una posición clientelar: las ciudadanas y los ciudadanos son interpelados como clientes comerciales o como clientes políticos.

Aún con las grandes distancias que separan la experiencia argentina de la brasileña en los gobiernos de Macri y Temer, en ambos casos se plantea la restauración de un rol subsidiario para los medios estatales. Con ese rol subsidiario no se compite ni molesta el

predominio que ejercen los medios comerciales privados. En este sentido, la contraofensiva en la política macro repercute de modo directo en la deconstrucción del sentido y la función que desplegaron los medios estatales, con todas sus contradicciones, en el período anterior y se resucita la disposición de que éstos desempeñen un papel secundario frente al protagonismo de los principales medios de gestión privada y comercial.

Referencias

ARRIAZA Ibara, Karen y Lars W. Nord - "What is Public service on the internet?, Digital Challengers for Media Policy", mimeo, ponencia presentada en ECREA, Barcelona, 2008.

BECERRA, Martín y Silvio Waisbord - **policy paper: Principios y buenas prácticas para los medios públicos en América Latina**, UNESCO, Montevideo, 2015., disponible en <https://martinbecerra.files.wordpress.com/2015/06/paper-unesco-medios-publicos-becerra-waisbord-jun2015.pdf>

BECERRA, Martín- **De la concentración a la convergencia. Políticas de medios en Argentina y América Latina**, Paidós, Buenos Aires, 2015.

BECERRA, Martín y Guillermo Mastrini - **Los dueños de la palabra: acceso, estructura y concentración de los medios en la América latina del siglo XXI**, Prometeo, Buenos Aires, 2009.

BOTELLA, Joan - "¿Pluralismo en los medios audiovisuales", en **Quaderns del CAC**, Consejo Audiovisual de Cataluña, 2006

BUSTAMANTE, Enrique y Juan Carlos de Miguel - "Los grupos de comunicación iberoamericanos a la hora de la convergencia", en **Diálogos de la Comunicación** n°72, Felafacs, Lima, 2005

BUSTAMANTE, Enrique - "Hacia un servicio público democrático", en **Tendencias**, Fundación Telefónica, 2006. Disponible en <http://www.infoamerica.org/TENDENCIAS/tendencias/tendencias06/pdfs/26.pdf>,

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) (2004), **Informe de la Oficina del Relator Especial para la Libertad de Expresión 2003**. Disponible en <http://www.cidh.org/relatoria/showarticle.asp?artID=139&IID=2> .

CURRAN, James - "Repensar la comunicación de masas", en Curran, James, David Morley y Valerie Walkerdine (comps.), **Estudios culturales y comunicación**, Paidós, Barcelona, p. 187-255, 1998

De MATEO, Rosario y BERGÈS, Laura 0 **Los retos de las televisiones públicas: financiación, servicio público y libre mercado**, Comunicación Social ediciones, Sevilla, 2008.

FOX, Elizabeth - **Latin American Broadcasting. From Tango to Telenovela**, John Libbey Media, University of Luton, Luton, 1999

FOX, Elizabeth y Silvio Waisbord (eds.) - **Latin politics, global media**, University of Texas Press, Austin, 2002.

FUENZALIDA, Valerio - **La televisión pública en America Latina, reforma o privatización**, Fondo de Cultura Económica, México DF, 2000.

FUENZALIDA, Valerio - "La reforma de TVN en Chile: logros y problemas", en UNESCO, **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**, Oficina de UNESCO para América Central, San José de Costa Rica, 287 p., 2006. Disponible en <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001415/141584s.pdf>

FUENZALIDA, Valerio - "TVN Digital", en **El Mercurio** 2/11/2010, Santiago de Chile, p.2., 2010

HALLIN, Daniel y Paolo Mancini - **Sistemas mediáticos comparados**, Hacer, Barcelona, 2008.

HUMPREYS, Peter - "Subvenciones a la prensa en Europa. Una visión histórica", en **Telos: cuadernos de comunicación y cultura** nº75 (abril-junio), Fundación Telefónica, Madrid, 2008.

LAMAC - "La mitad de los latinoamericanos tiene tv paga", en **Latin American Multichannel Advertising Council**, 2012. disponible en <http://www.lamac.org/america-latina/publicaciones/articulo/la-mitad-de-los-latinoamericanos-tienen-tv-paga>

LLORENS MALUQUER, Carles. - **Concentración de empresas de comunicación y el pluralismo: la acción de la Unión Europea**, Tesis Doctoral defendida en la Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2001

MARÍN Pulgarín - "Televisión pública en Colombia: del monopolio estatal a la descentralización", en UNESCO, **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**, Oficina de UNESCO para América Central, San José de Costa Rica, 287 p. 2006. Disponible en <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001415/141584s.pdf>

MASTRINI, Guillermo - "Medios públicos y derecho a la comunicación: una aproximación desde América Latina", en **Lecciones del Portal InCom**, Instituto de la Comunicación de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2011. disponible en http://www.portalcomunicacion.com/uploads/pdf/65_esp.pdf

McCHESNEY, Robert - "Economía política de los medios y las industrias de la información en un mundo globalizado", en Vidal Beneyto, José (director), **La ventana global**, Taurus, Madrid, p. 233-247., 2002

McCHESNEY, Robert - **The Problem of the Media: U.S. Communication Politics in the 21st Century**, Monthly Review Press, Nueva York, 2004.

PASQUALI, Antonio - **El orden reina: escritos sobre comunicaciones**, Monte Avila, Caracas, 379 p., 1991

RINCÓN, Omar- "La obsesión porque nos amen: crisis del periodismo/éxitos de los telepresidentes", Prólogo de Amado Suárez, Adriana (ed.), **La palabra empeñada**, Friedrich Ebert Stiftung, Buenos Aires, p. 13-16, 2010

RUIZ, Fernando - "Fronteras móviles: caos y control en la relación entre medios y políticos en América Latina", en Sorj, Bernardo (comp.), **Poder político y medios de comunicación: de la representación política al reality show**, Siglo XXI y Plataforma Democrática editores, Buenos Aires, p. 15-58, 2010.

SAFAR, Elizabeth y Antonio Pasquali - "La radiotelevisión pública en Venezuela", en UNESCO, **Radiotelevisión de servicio público: un manual de mejores prácticas**, Oficina de UNESCO para América Central, San José de Costa Rica, 287 p. 2006. Disponible en <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001415/141584s.pdf>

SINCLAIR, John - **Televisión, comunicación global y regionalización**, Gedisa, Barcelona, 2002

TREJO Delarbre, Raúl - "Patrimonialismo electrónico", publicado en **Mediocracia**, blog del autor, en enero de 2010, México DF, 2010. Disponible en <http://mediocracia.wordpress.com/2010/03/10/patrimonialismo-electronico/>

VAN CUILENBURG, Jan y Denis McQuail - "Media policy paradigm shifts: towards a new communications policy paradigm" en **European Journal of Communication** vol. 18, nº2, Sage, Londres, p. 181-207, 2003.

Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia¹

Laurindo Lalo Leal Filho²

Vivemos momentos inéditos na vida do país onde retrocessos políticos e sociais inimagináveis estão acontecendo, ao lado de um despertar da cidadania também pouco visto na história do Brasil com seu enraizamento nas bases da sociedade e por sua abrangência nacional.

Na televisão pública assiste-se não apenas o desmonte da TV Brasil mas de toda a Empresa Brasil de Comunicação, criada há menos de dez anos e que pretendia colocar o nosso país num patamar próximo ao das grandes democracias do mundo, onde as emissoras públicas têm histórias que remontam há quase cem anos. Por aqui até que começamos bem com Roquette Pinto, Henrique Morize e outros membros da Academia Brasileira de Ciências criando a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje Rádio MEC (vinculada à EBC) nos mesmos moldes da BBC de Londres. Só que lá, até hoje a emissora continua pública. Aqui a nossa emissora pública foi engolida pelos interesses comerciais que, como se sabe, controlam a comunicação no Brasil a partir de seus objetivos políticos e mercadológicos.

Só voltou-se a falar em comunicação pública de abrangência nacional com os Fóruns Nacionais sobre o tema impulsionados pelo governo federal em 2007, que resultaram na criação da EBC com suas duas emissoras de televisão, oito de rádio, duas agências de notícias e uma área de prestação de serviços externos. Mesmo muito distante em termos de recursos e de abrangência de sinal, as emissoras da EBC passaram a incomodar a mídia hegemônica ciosa de sua exclusividade para ditar o que brasileiro e a brasileira devem saber e pensar. Ao mostrar a possibilidade da existência de outra mídia,

¹ O presente artigo, fruto de palestra realizada na Universidade Estadual de Campina Grande, Paraíba, foi originalmente publicado na RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v.10, No. 3 (2016).

² Laurindo Lalo Leal Filho é professor aposentado da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e diretor/apresentador do programa VerTV da TV Brasil.

diferente do que veiculam os meios tradicionais, a comunicação pública passou a incomodar. A resposta inicialmente foi a chacota – “TV do Lula”, “TV traço” e por ai afora – mas depois com o golpe de Estado, passou-se à sua destruição, pura e simples.

Esse é o quadro atual. Vamos a algumas referências históricas e conceituais. A comunicação pública situa-se no terreno de disputa entre a defesa de um Estado mínimo, garantidor apenas do funcionamento estável do mercado, ou de um Estado democrático com forte presença na regulação econômica e no ordenamento social, nos moldes dos Estados de Bem-Estar Social fundados na Europa no pós-guerra.

É importante deixar isso claro já que não é possível discutir o papel de qualquer variante da comunicação social sem entender em que tipo de Estado ela está inserida. Em se tratando de comunicação pública a questão é mais aguda já que quase sempre, em última instância, ela depende de algum tipo de impulsão dos gestores governamentais do Estado. Se a opção for pela Estado mínimo ela está condenada ao desaparecimento ou na melhor das hipóteses a um papel residual, muitas vezes apenas para dar conta de dispositivos legais, transformando-se em porta-voz governamental. Se a saúde, a educação e a previdência, entre outras políticas públicas, são desprezíveis nesse tipo de Estado, o que se esperar de uma possível atenção à comunicação pública.

E mais. Historicamente cabe a pergunta: “como fazer TV pública num país semi-escravocrata?” Num país onde o coronelismo rural adaptou-se ao meio urbano transformando-se no coronelismo eletrônico, indispensável para a manutenção do poder político nas mesmas mãos, sempre.

A TV pública é uma ameaça a esse poder. No Brasil ela é uma “ideia fora do lugar” num feliz achado da pesquisadora Ângela Carrato que em seu doutorado sobre a TV pública brasileira relacionou essa ideia com a mesma expressão – “ideia fora do lugar” – formulada por Roberto Schwarz a respeito do liberalismo no Brasil (Carrato, 2013).

A TV pública impulsionada pelo Estado vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito absoluto de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. A TV pública é uma forma de controle social da mídia. Dai a violência com que é atacada.

Dito isso, cabe discutir esse tipo de comunicação nos limites de uma política de Estado de amplo espectro social, compromissada com a observância dos direitos humanos fundamentais, neles incluídos o direito à comunicação (Fischer, 1984) do qual a comunicação pública é parte estruturante. É em torno de sua centralidade que se desenvolvem as instituições estatais de caráter público, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos e as emissoras sem fins comerciais, voltadas para o atendimento de demandas comunitárias.

No Brasil a história da comunicação pública é incipiente. Em 2007 tive a oportunidade de apresentar um trabalho na reunião da Compos, realizada em Curitiba, onde falava de nosso “vazio histórico” nesse área (Compos, 2007). Lembrei as origens de nossa radiodifusão, de caráter público, mas em pouco tempo ofuscado pela ascensão e hegemonia do modelo comercial.

De 2007 para cá, quando mencionei o “vazio histórico” a situação mudou - mas não muito. O marco mais importante nesse período recente foi a consolidação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ampliando o debate em torno da comunicação pública no país. As vozes contrárias, amplificadas pela mídia comercial serviram, ainda que pelo viés negativo, para revelar a possibilidade da existência de um outro modelo de comunicação, consagrado na Europa ocidental mas praticamente desconhecido no Brasil.

No entanto, se a criação da EBC deu alento ao debate sobre o modelo público de comunicação, a sua concretização prática ainda se ressentia de uma realização plena. O não atendimento a dois princípios básicos para a sua existência e funcionamento exemplificam esta afirmação. São eles: a universalidade geográfica (Broadcasting Research Unit, 1986) e a ética da abrangência (Blumer, 1992).

A universalidade geográfica refere-se a possibilidade de acesso de toda a população ao serviço público de radiodifusão, condição básica para justificar a existência do sistema. Entendida como direito humano, esse tipo de comunicação deve ser garantida a todos, como se faz, ou deveria se fazer, com a saúde e a educação, por exemplo. Vista como serviço deve ser oferecida de forma igual e sem nenhum tipo de discriminação a toda a sociedade que o mantém. É importante frisar que a comunicação é um serviço e um direito, ao mesmo tempo.

No caso brasileiro esses requisitos ainda não são atendidos. O acesso aos sinais das emissoras públicas de rádio e televisão ainda é parcial, com amplas áreas de sombra por onde elas não trafegam. Com isso, formam-se dois tipos de cidadãos: aqueles que podem usufruir de um sistema público de comunicação e os que dele são alijados.

O segundo princípio, a ética da abrangência, trata do atendimento pelo sistema público das necessidades simbólicas de toda a população, através de uma programação capaz de satisfazer o mais amplo espectro de gostos e interesses existentes na sociedade.

Com a digitalização esse objetivo torna-se menos difícil. A TV pública para dar conta dos interesses e gostos da maioria da população precisa operar pelo menos quatro canais de TV: um generalista, outro de notícias 24 horas, um infantil e mais um de cinema e artes em geral.

O atendimento às necessidades simbólicas da população não exclui naturalmente dos produtores o desafio de ousar levando ao público temas e propostas inovadoras capazes de ampliar os horizontes do conhecimento e da imaginação. As emissoras públicas têm a obrigação de “despertar o público para ideias e gostos culturais menos familiares, ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade, da sociedade. A televisão pode, também elevar a qualidade de vida do telespectador, em vez de meramente puxá-lo para o rotineiro” (Blumer, 1992).

Limitações tecnológicas dificultaram durante muito tempo a possibilidade plena de atingir essa meta. No modelo analógico de rádio e televisão os sistemas públicos consagrados internacionalmente optaram primeiro por constituir emissoras com programações generalistas procurando, numa única frequência, atender aos gostos dos públicos mais diversos. Posteriormente criando emissoras alternativas para atender interesses mais específicos, os canais voltados para públicos segmentados. Exemplo clássico é a BBC2, no Reino Unido.

A comunicação no Brasil, salvo raras exceções, sempre foi operada como um instrumento a serviço de interesses políticos ou econômicos, ambos na maioria das vezes concentrados no mesmo grupo empresarial e nos veículos por ele controlados. Cristalizou-se no país a ideia de que a comunicação é um negócio como outro qualquer obscurecendo no imaginário da sociedade a possibilidade da existência de alternativas.

O monopólio comercial da comunicação, construído ao longo de quase um século mantém-se intacto. Para rompê-lo existem dois caminhos: uma lei que redefina o uso do espaço eletromagnético por onde trafegam as ondas do rádio e da TV, tornando-o equilibrado entre as emissões públicas, privadas e privadas sem fins lucrativos (as comunitárias) e o fortalecimento da comunicação pública com potencial capaz de se tornar alternativa de fato ao modelo hegemônico, tanto de ponto de vista técnico, como de conteúdo.

Aqui tratamos apenas do segundo caminho. Para trilhá-lo é necessária uma articulação que combine vontade e decisão política com a absorção e a aplicação do que se convencionou chamar de convergência midiática. Cabe ao Estado impulsionar esse processo que não nasce de geração espontânea e nem vive acima das disputas em torno da hegemonia política, por sobre os interesses de classe. Quem o impulsiona é o Estado que detém a titularidade sobre os meios públicos de comunicação. Seu caráter público, como de qualquer ente estatal, se dá através da transparência da gestão. No caso da radiodifusão, os veículos serão mais ou menos públicos de acordo com os mecanismos existentes no seu interior que garantam de alguma forma a participação da sociedade em

suas linhas gerais de orientação e administração. Exercem esse papel conselhos curadores, audiências públicas, ouvidorias, grupos de assessoramento, sociedades de ouvintes e telespectadores, entre outros.

Hoje a comunicação pública não pode mais ser vista e pensada em torno de veículos isolados como o rádio, a TV e a internet. A complementaridade entre eles é fundamental. A consagrada “sociedade em rede” no caso da comunicação pública não deve se restringir, por exemplo, à internet. A rede deve incluir os vários tipos de emissoras de rádio e TVs não comerciais existentes de forma ainda desarticulada pelo país. Só assim constituíram uma massa crítica com capacidade para se apresentar como alternativa aos meios comerciais deixando de ser, como muitas vezes são referidos, apenas como complementares ao grupo hegemônico³.

Devem, ao contrário, estabelecer padrões de qualidade capazes de se transformar em paradigmas a serem seguidos pelas demais emissoras. Nesse sentido, a comunicação pública além de oferecer um serviço qualificado ao público tem também a responsabilidade pedagógica de torná-lo capaz de exigir a mesma qualidade das emissoras comerciais.

Para tanto é fundamental a busca da audiência, não para atender ao mercado publicitário, como fazem as emissoras comerciais, mas para qualificar e expandir o debate público tanto na informação como no entretenimento. Tal patamar só será atingido se a comunicação pública estiver dotada, além de uma produção de qualidade, de sinais de frequência fortes e acessíveis em qualquer ponto do país. Exemplificando com a televisão: seu sinal analógico ou digital deve estar à disposição do público, no dial, junto aos das redes comerciais, podendo ser sintonizado com facilidade.

³ A referência ao “princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal” constante do artigo 223 da Constituição Federal leva muitas vezes ao engano, intencional ou não, de tratar a comunicação pública como “complementar” às demais, no sentido subalterno de atuar nos espaços pelos quais as outras, particularmente a privada, não se interessam. A acepção correta do termo remete a uma complementariedade equilibrada onde os três modelos devem se equivaler, tanto em tamanho, como em abrangência de sinais.

Na história da televisão brasileira há um momento simbólico onde esse processo pode ser visto na prática. Foi quando a TV Cultura de São Paulo, no início da década de 1990, colocou no ar uma grade de programação infantil com programas que se tornaram referência de qualidade no Brasil e no exterior, como Rá-tim-bum, Mundo da Lua, Bambalão, entre outros. Transmitida no final da tarde conquistou a maior audiência da história da emissora, nunca mais alcançada, incomodando as empresas comerciais. O SBT, por exemplo, reformulou sua programação naquele horário, contratando profissionais da própria Cultura para fazer frente à concorrência. Nesse momento a TV pública prestava um duplo serviço à sociedade: oferecia bons produtos ao seu público e contribuía para elevar a qualidade do que era oferecido pelas emissoras comerciais.

É nesse quadro institucional que devem ser entendidas as práticas e as diretrizes para a produção cultural nas TVs públicas. Ela só será autêntica e abrangente se for gerada a partir de foros democráticos capazes de dar conta da diversidade cultural existente na sociedade. Executivos, diretores de programas, produtores, apresentadores não podem abrir mão de suas competências profissionais na criação de programas e programações mas não podem também de trabalhar isoladamente sem o escrutínio constante de outras vozes e opiniões. Dai a importância da existência de Conselhos Curadores, amplamente representativos da sociedade, capazes de trazer para a produção midiática vozes, anseios e realizações existentes no conjunto da população, capazes de transitar pelos meios de comunicação públicos.

Para não ficar apenas na teorização dou exemplos concretos desse movimento existente na EBC. Integravam o Conselho da empresa pessoas residentes nas diversas regiões do país, vinculadas ou não à entidades ou movimentos sociais, mas grande parte tendo alguma relação com a luta da mulheres, dos negros, dos movimentos LGBT, dos índios, das pessoas com deficiências e assim por diante. São essas pessoas que trazem para as emissoras o pulsar da sociedade que de alguma forma acaba aparecendo nas programações de rádio e televisão da EBC.

Dessa forma a produção cultural brasileira ganhou espaços impossíveis de serem alcançados dentro dos limites do mercado, imposto à mídia comercial. Graças à autonomia de gestão e ao controle da sociedade tornou-se possível a exibição de programas que discutem o próprio fazer televisivo no país, como é o caso do VerTV que há dez anos discute temas que são tabu nas emissoras comerciais. Fala da questão das concessões de rádio e TV, por exemplo, tema guardado à sete chaves pelas emissoras privadas. Ou da exploração do corpo da mulher nos comerciais, da propaganda criminoso dirigida às crianças, dos programas brutalizadores da sociedade denominados policiaescos que diariamente – em todo o Brasil – violam direitos consagrados na Constituição brasileira, nas leis do país, nos acordos internacionais e nos códigos de ética como bem revelou pesquisa recente da Andi – Comunicação e Direitos.

Coube à TV Brasil, mais recentemente, colocar no ar o primeiro programa LGBT da televisão brasileira mostrando com seriedade e respeito um mundo excluído ou ridicularizado nas telas de TV. Personagens da vida pública brasileira, com algum compromisso de luta social mais ampla, são personas não gratas na TV comercial. Na TV Brasil eles podem se expressar livremente confrontando suas ideias e pontos de vista com os mais conservadores.

No entretenimento é a TV pública que escapa das amarras da audiência a qualquer preço e pode mostrar ao Brasil o que o Brasil faz na música, na dramaturgia, no cinema, no humor e porque não no jornalismo. O samba, por exemplo, na televisão comercial aberta, reduz-se ao programa Samba na Gamboa, da TV Brasil. Assim como, só na TV Brasil, o Brasil todo pode ver ao vivo as festas de São João do Nordeste. Não ocorre na TV pública aquilo que a jornalista Tila Chitunda da TV Pernambuco relatou com propriedade. As emissoras comerciais do eixo Rio São Paulo ao transmitirem alguns momentos das festas dão amplo espaço aos artistas de destaque midiático nacional. Quando entra em cena alguém ou algum grupo conhecido apenas regionalmente ou levando ao público conteúdos menos comerciais, vem o corte para ou estúdio ou para os “nossos comerciais”⁴.

⁴ Depoimento dado ao programa VerTV da TV Brasil em junho de 2015.

O jornalismo na TV pública deve igualmente ter outra “pegada”. Trata-se igualmente de um “serviço público” e deve contemplar, antes e acima de tudo, a maioria da população. Seu caráter alternativo ao veiculado pelos meios privados apresenta como característica central a busca de informações que atendam necessidades materiais e simbólicas dessa maioria, sem nenhum comprometimento comercial (audiência) ou político partidário.

A construção desse tipo de pauta caracteriza uma forma diferenciada de produzir, editar e veicular notícias. Uma dinâmica que tem como base teórica a ideia de que o jornalismo é uma forma de construção de conhecimento (Faxina, 2012) e deve oferecer um leque amplo de opções ao público (Rothberg, 2011). Nesse sentido a referência informativa deve ser a busca por pautas alternativas às da mídia comercial buscando temas por ela desprezados ou tratados de forma parcial ou distorcida.

Como exemplos dessas pautas podemos citar os avanços obtidos pela economia solidária, a produção agrícola alcançada pelos assentamentos rurais originados das lutas pela reforma agrária, a contextualização da luta pela moradia nos grandes centros urbanos e a própria questão da regulação da mídia, entre tantos outros. A comunicação pública não pode se reduzir a ser apenas mais um microfone, entre tantos outros, colocados à frente de dirigentes empresariais e financeiros. Cabe ainda à comunicação pública realizar a crítica da mídia, papel só a ela possível. Os meios oligopolizados não têm nenhum interesse de realizar publicamente qualquer tipo de auto reflexão crítica.

Não podemos deixar de ressaltar a transformação gradual porque passam as formas de ver televisão, com o advento das novas tecnologias. Isso é fundamental para pensarmos políticas e diretrizes culturais para a TV pública. Essas transformações fizeram com que a audiência de fluxos televisivos fosse transformada em audiência de armazenamento. Essa possibilidade de armazenar programas e assisti-los na hora desejada e através de diferentes aparelhos receptores tende a interferir nas grades de programação das emissoras, com o fim até das próprias grades. Dai a necessidade de combinar produtos midiáticos pouco perecíveis com coberturas ao vivo de grandes acontecimentos. A

combinação do durável com o imediato será a marca da televisão do futuro. De toda a televisão, comercial ou pública, mas a esta cabe - ainda que no mesmo modelo tecnológico - fazer a diferença pelo conteúdo.

“Numa democracia seria insatisfatório que o público tivesse só uma fonte de informação, entretenimento ou educação através do rádio ou da televisão. Que seja a televisão independente uma efetiva ampliação de escolhas e não de escolhas ‘todas iguais’ (Leal Filho, 1997) dizia a lei britânica de televisão já na década de 1960, enfatizando a necessidade da ampliação das alternativas oferecidas ao público.

No Brasil esse debate foi interdito por três fatores: a hegemonia absoluta do modelo comercial como se fosse o único possível, as restrições impostas pela ditadura (1964-85) ao livre debate e a criação do mito da censura como correspondente a qualquer forma de regulação da mídia no período democrático. Este último contou com a repetição exaustiva de frases como “o melhor controle é o controle remoto”, numa tentativa de escamotear o fato de que o seu uso, ao trocar de canais, permite ao público realizar tão somente “escolhas iguais”.

Só a televisão pública pode justificar de alguma forma o uso do controle remoto como instrumento de escolha real e diferenciada. Para isso é necessário, no entanto, que a TV pública faça parte de um arcabouço legal democrático, independente que incorpore as necessidades, os anseios e as manifestações culturais existentes em toda a sociedade brasileira. Sem excluir a importância de se avivar a imaginação e a criatividade dos profissionais da área, muitos dos quais acham-se impedidos atualmente de dar vazão aos seus talentos devido aos limites impostos pelo modelo único de comunicação existente no país.

Para tanto não bastam apenas talento e boa vontade. É preciso ação política profunda e constante para fazer da televisão pública um instrumento de emancipação cultural de amplas camadas da sociedade brasileira, hoje confinadas ao consumismo, ao ódio e a brutalidade impostas pela TV comercial.

Referências bibliográficas

BLUMER, Jay G. – **Television and the Public Interest – Vulnerable Values in European West Broadcasting**. Londres: Sage, 1992.

_____ - Television in the United States: Funding Sources and Programming Consequences in **Research on the Range and Quality of Broadcasting Services**. Londres: HMSO, 1986. Pp.73-152.

BROADCASTING Research Unit – **The Public Service Idea in British Broadcasting-Main Principles**. Londres: BBC/British Research Unit, 1986.

CARRATO, Ângela – **“Uma história da TV pública brasileira”** – Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília – Brasília, DF – 3/09/2014.

FAXINA, Élson – **“Do mercado à academia – O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira”** – Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos – São Leopoldo, RS – 20/04/2012.

FISCHER, Desmond – **O direito de comunicar**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo – **A televisão pública brasileira, um vazio histórico**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho sobre Economia Política e Políticas de Comunicação do XVI Encontro da Compôs, UTP, Curitiba, 2007.

_____ - **A melhor TV do Mundo, o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

ROTHBERG, Danilo – **Jornalismo Público**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

Por que a EBC é alvo dos ataques governo Temer?

Ivonete da Silva Lopes¹

Os frequentes ataques que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) vem sofrendo por parte do governo Michel Temer suscitam vários questionamentos, mas me ateno a um em especial: por que o projeto de comunicação pública iniciado em 2007, mesmo com todas as fragilidades apresentadas nestes quase 10 anos de existência, tem se tornado um dos principais alvos desse governo?

Discutirei algumas hipóteses para esta questão ao longo do texto. De antemão cabe mencionar que neste momento político conturbado que o país atravessa, a EBC não está sendo a única “vítima” do desmonte governamental. Há demonstrações explícitas que iniciamos uma fase de retrocesso social que envolve a retirada de direitos sociais (educação, saúde) e limitação do processo democrático. O ataque à democracia vai desde ações como o Projeto de Lei Escola sem Partido² até o silenciamento da comunicação pública, entre outros.

Argumento ao longo do texto a relevância da comunicação pública para a sociedade brasileira e para qualquer nação que tenha compromisso em manter e ampliar a democracia. A trajetória de quase uma década da EBC demonstra que, apesar da escassez orçamentária, a TV Brasil tem contribuído [ou contribuiu] para veiculação de filmes nacionais, para estreitar nosso relacionamento com a América Latina e Continente Africano. Adiciona-se ainda que a emissora constitui um espaço para o debate qualificado sobre temas praticamente invisíveis na grande mídia: direitos humanos, racismo, homofobia e democracia.

¹ Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ivonetesilvalopes@gmail.com

² Projeto de Lei do Senado 193/2016 que em defesa de “educação neutra” tenta cercear a atividade educacional em detrimento de um escola crítica, plural e emancipadora. Sobre o PSL acessar : <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>
Manifesto escola sem partido disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8228>

Neste momento que precisamos estar juntos em defesa da EBC e pela garantia da democracia, penso ser relevante olharmos para o passado não muito distante. Analisar as fragilidades na constituição da EBC para, talvez, encontrarmos alternativas que possam contribuir para superar e fortalecer a comunicação pública.

Por que a EBC é alvo dos ataques do governo?

A tentativa de desmonte da EBC parece ser não apenas uma prioridade, mas, também, uma ação que tem requerido urgência do governo. Neste aspecto cabe lembrar que a Câmara Federal ao afastar temporariamente a presidente Dilma Rousseff, Temer assumiu interinamente a presidência em 12 de maio de 2016. Cinco dias depois demitiu o presidente da EBC, jornalista Ricardo Melo. A intenção era substituí-lo por Laerte Rimoli, coordenador de comunicação da campanha de Aécio Neves (PSDB) em 2014. Em setembro, Rimoli assume definitivamente a função de diretor-presidente da EBC³.

Como não bastasse o foco na precarização comunicação pública durante o governo interino, ao assumir definitivamente como presidente instala-se o caos. Como a exoneração do presidente da EBC tinha sido revertida preliminarmente pelo STF, a alternativa encontrada pelo governo Temer foi mudar a lei nº 12.652 /2008, que instituiu os princípios da radiodifusão pública e criou a EBC. As mudanças implementadas por meio da medida provisória 744/2016⁴ fragiliza o caráter público da EBC em dois aspectos:

- 1) Retira a garantia do mandato de quatro anos do diretor-presidente da EBC, conforme previsto na nº 12.652 /2008. A mudança feita por Temer⁵ implica na perda de autonomia da gestão. Isso significa, por exemplo, que o governo federal

³ Em maio de 2016, Ricardo Melo conseguiu reverter sua demissão por meio de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF). A alteração da Lei que rege a EBC, através de uma medida provisória, Temer obteve sucesso no STF com a cassação da liminar.

⁴ A MP poderá receber emendas na Câmara e Senado até o final de outubro de 2016, mas a partir de sua publicação já tem validade de lei.

⁵ A MP foi assinada pelo presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia em virtude da viagem de Temer a China.

poderá exonerar o presidente da EBC se a linha editorial não atender aos interesses governamentais.

- 2) Extingue o Conselho Curador que era formado por 15 representantes da sociedade civil, um representante dos trabalhadores da EBC, quatro do governo federal, um do congresso. Essa medida também enfraquece o caráter público da EBC, deixa a empresa suscetível aos desmandos do governo.

A partir da publicação dessa MP, o governo federal passa a ter amplo controle sobre a EBC desde a nomeação e substituição do seu presidente; e ainda pode definir a linha editorial – que o Conselho Curador protegia de ingerências políticas. Conforme enfatiza a nota de repúdio à MP emitida pelos conselheiros: “A MP 744 extingue o Conselho Curador e assim tira a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão e agências” (CONSELHO CURADOR, 2016)⁶.

O governo demonstra seu autoritarismo com a exoneração do presidente da EBC e, posteriormente, com a edição da medida provisória que acaba com o conselho curador. Isso significa que não admite compartilhar com os representantes da sociedade os rumos da comunicação pública. Altera substancialmente o modelo de gestão da EBC ao retirar os mecanismos de participação social. Ao introduzir o controle governamental sinaliza que as emissoras da EBC serão chapa-branca, modelo que caracterizou a televisão pública durante o regime militar. Desta forma, a limitação da democracia surge como uma das hipóteses para justificar o controle que o governo Temer tenta impor a EBC.

O envio da MP por Temer para retirar o caráter público da EBC não teve repercussão negativa na imprensa hegemônica se comparado à MP 398 /2007 que criou a EBC. Embora a MP enviada pelo governo Lula previa mecanismos de controle

⁶ Nota de repúdio. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>

social para a comunicação pública (conselho curador e mandato de 4 anos para o presidente), na época foi questionado o caráter de urgência da medida provisória e associaram a criação da EBC com ações de ditadores como Adolf Hitler, Josef Stalin, Mao Tsé-tung. Frisou a Revista Veja: “A iniciativa do governo brasileiro tem defeitos graves. O principal é subverter a ordem posta de pé pela democracia [...]. O governo [Lula] pretende fazer políticas e, ao mesmo tempo, se autoelogiar através de sua imprensa estatal (MARTHE, 2007, p. 88).

Sobre a MP 744, a Revista Veja (2016)⁷ publicou que a alteração na lei “ além de permitir a exoneração de Ricardo Melo e a recondução de Laerte Rimoli à presidência da estatal, prevê o fim do mandato de presidente e a extinção do Conselho Curador, composto por 22 membros, a maioria ligada à petista”. Se comparado as reações entre a MP enviada por Lula e a editada pela gestão atual, percebe-se que Lula é associado a ditadores por buscar reorganizar as emissoras públicas de comunicação com a constituição da EBC. A ação do atual governo, que muda regras aprovadas pelo congresso (lei 12.652/2008), é aceita sem questionamentos por causa do perfil dos conselheiros. Oculta a revista que os conselheiros são escolhidos por meio de consulta pública e não por indicação partidária.

A segunda hipótese plausível é o reconhecimento por parte do governo do potencial da comunicação pública para inclusão social e discussão de temas relevantes à construção da cidadania, portanto, resolve interditar qualquer possibilidade de abordagem crítica dos problemas da sociedade brasileira. Neste quesito o governo demonstra coerência em fragilizar a democracia ao editar medidas provisórias que possam resultar na redução de espaços para o debate crítico. Fez isso em relação à EBC e a MP de reforma do ensino médio, que prevê a retirada de disciplinas consideradas relevantes para entender e interpretar a sociedade, como Sociologia e Filosofia.

⁷ Governo troca comando da EBC e muda estatuto da empresa disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/governo-troca-comando-da-ebc-e-muda-estatuto-da-empresa/>

O fomento de uma sociedade ainda mais acrítica parece ser um dos intuitos do governo Temer com essas reformas educacionais e da comunicação pública. O tecnicismo na educação e proselitismo político na comunicação indicam serem projetos que caminham paralelamente na construção de uma sociedade com valores que se distanciam da emancipação social.

Uma terceira hipótese que pode ajudar a compreensão da perseguição a EBC pelo governo, pode ser atribuída a reserva de mercado para a mídia mercantil. Embora o orçamento da EBC não venha sendo significativo durante sua trajetória, entre 2008 e 2014, por exemplo, os recursos totalizaram R\$3,1 milhões em comparação aos R\$7,3 milhões destinados para as cinco maiores redes de TV privadas. Desse montante somente a Rede Globo ficou com R\$3,8 milhões. Se tomado como fonte de análise os gastos da Petrobras com publicidade na TV Globo e na EBC, no período de 2008 a 2014⁸, a primeira recebeu R\$592,3 milhões enquanto a EBC, R\$32,4 milhões.

Este argumento da reserva de mercado para o setor privado baseia-se nas críticas feitas ao projeto da EBC pela mídia hegemônica e por parte dos parlamentares. Esses focaram na defesa do mercado, como se pode observar na publicação do Estado de São Paulo (2007) "Na realidade, o Executivo não tem a menor necessidade de rádios e tevês estatais para divulgar suas atividades, pois ele já é a principal fonte das informações divulgadas pelos órgãos da mídia privada"⁹.

Na tese de doutorado, Lopes (2014) ao analisar a tramitação da Medida Provisória nº 398/2007 no Congresso Nacional, convertida na Lei nº 11.652/2008, verificou que a discussão no parlamento, ao invés de pautar-se pela preocupação em assegurar à sociedade o acesso à televisão pública, preocupou-se em manter a reserva de mercado à iniciativa privada. Ou seja, o discurso liberal presente na grande mídia que defende a

⁸ Os dados informados foram obtidos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Petrobras. Em 10 de agosto de 2015, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, solicitamos a essa empresa informações sobre gastos com publicidade na TV Brasil e na TV Globo. Foi gerado o protocolo nº 05688-2015. A solicitação foi respondida via e-mail em 24 de agosto de 2015.

⁹ TV do Executivo. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326026/noticia.htm?sequence=1>

competência e a competitividade do mercado para os outros, mas quando se trata da inserção de novos atores na comunicação tentam eliminá-los por meio da desqualificação.

EBC: o projeto possível, as fragilidades e os avanços

Os acontecimentos recentes envolvendo a EBC demonstram a fragilidade institucional da comunicação pública diante de um governo autoritário. A lei nº 12.652/2008 foi facilmente modificada por meio de uma medida provisória. Leis podem ser alteradas, com maior facilidade como as ordinárias e complementares, e outras com maior dificuldade. As diretrizes constitucionais podem ser modificadas por meio de emendas constitucionais que requerem 3/5 de aprovação em dois turnos de votação na Câmara e no Senado. Como garantir a continuidade de um projeto de comunicação que não fique suscetível aos desmandos governamentais?

Diante do autoritarismo do governo, que precisa ser denunciado e criticado, não se tem muitas garantias. Entendo como necessário analisar as debilidades do projeto de comunicação pública – que fortalece o opositor, neste caso, o próprio governo. No meu entender, a maior debilidade da TV Brasil, principal emissora da EBC, consiste em não chegar gratuitamente no canal aberto a todos os cantos do país. Disponibilizar o sinal não é suficiente se não houver uma programação atraente com formatos diversos (informativos, entretenimento, teledramaturgia e esportes, etc) para construir uma ampla audiência. Neste aspecto compartilho com Fuenzalida a concepção de televisão pública.

[...] a TV pública aberta generalista não é efetivamente pública, se não consegue constituir um público amplo; ou seja, se não consegue se constituir efetivamente numa praça virtual onde tenha uma voz pública significativa. [...] o caráter público não existe pela simples emissão de um programa ou de uma obra, mas requer como complemento uma efetiva audiência pública ampla, [...] não elitista ou marginalizada; inclusive exige-se dos programas segmentados uma elaboração que permita atingir o maior público possível. De modo, o caráter público nas mídias de massa é definido pelo consumo efetivamente público e não somente pela emissão (FUENZALIDA, 2002, p. 190).

A definição de televisão pública a partir, também, da audiência contribui para pensar o atual contexto brasileiro. Se a TV Brasil – emissora generalista – tivesse conseguido consolidar um público significativo capaz de entender a relevância da televisão pública, talvez a resistência a essas medidas autoritárias fosse maior e até mesmo gerasse algum tipo de constrangimento no governo para não “mexer” em algo no qual a população se reconhece. Infelizmente, poucos ainda sabem da existência da TV Brasil ou sabem distinguir a diferença entre o privado e o público na comunicação.

Outra fragilidade vem do próprio orçamento que limitou a programação da emissora. Se uma empresa controlada pelo Estado, a exemplo da Petrobras, investiu entre 2008 e 2014, R\$592,3 milhões da Rede Globo e R\$32,4 milhões na TV Brasil. Números que demonstram o quanto o próprio aparato estatal privilegiou uma emissora com histórico de retardar o processo democrático, posição ratificada nos episódios recentes, quando a emissora mais uma vez foi protagonista de outro golpe contra a democracia. No período analisado, a Petrobras aportou recursos na emissora com posição oposta aos valores democráticos em detrimento de investir em uma programação voltada para a construção da cidadania.

Ao olhar para 2007, ano do anúncio da constituição da EBC, é possível relembrar que o projeto EBC não atendeu as expectativas dos movimentos que reivindicam a democratização da comunicação. Diante das críticas dos grandes conglomerados de comunicação ao projeto do governo e da rejeição de parte dos parlamentares, a alternativa foi abraçar o projeto possível. Contudo, não sem críticas, especialmente ao modelo de gestão pensado pelo governo.

Na época, o Coletivo Intervenções e outras 45 instituições publicaram um documento demonstrando preocupação com o fato de que os mecanismos de gestão pudessem ser vinculados e, principalmente, subordinados ao Executivo federal. Isto é, temiam a falta de autonomia - característica fundamental para uma TV que se pretende pública.

As críticas foram necessárias para introduzir mudanças no modelo de gestão da EBC. Desde a primeira formação do conselho curador em 2008, pode ser observado a atenção da EBC para as demandas da sociedade civil. Algumas críticas foram ouvidas e - baseado nelas - houve a diversificação do perfil dos 15 representantes da sociedade civil no Conselho Curador, além dos novos membros serem indicados por meio de consulta pública. Portanto, é preciso reconhecer que houve predisposição em democratizar o órgão que na sua origem era composto, entre outros, pelo ex-ministro da ditadura civil-militar, Delfim Neto, e o ex-diretor da Rede Globo e proprietário da TV Vanguarda, José Bonifácio de Oliveira.

Se comparado a formação inicial com suas mais recentes constituições, é perceptível o distanciamento daquela concepção clássica que motivou a primeira composição do Conselho por personalidades, e não por representantes da sociedade civil. Ao longo dos anos foram empreendidos esforços para que a representatividade estivesse mais próxima da diversidade cultural, geracional, geográfica e étnico-racial que nos constitui enquanto brasileiros. Portanto, a democratização do conselho curador foi um dos avanços registrados neste período.

O próprio conselho foi o responsável por cobrar a inserção da programação nas emissoras da EBC de “diversidade de gênero, raça, orientação sexual e acessibilidade em todos os conteúdos, defender a cobertura de pautas relacionadas aos direitos humanos”¹⁰. Na programação, apesar da escassez orçamentária, a EBC e, especificamente, a TV Brasil fez a diferença. A discussão sobre homofobia e racismo ocuparam neste período espaços significativos no telejornalismo, com tratamento digno de um jornalismo público. Temas esses foram discutidos por especialistas e por membros de movimentos sociais em vários programas de entrevista.

No formato informativo merecem destaques *Caminhos da Reportagem*, e os programas que discutem atuação da mídia: *Ver TV* e *Observatório da Imprensa*. A

¹⁰ Nota de repúdio. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>

exibição de programas com outro olhar sobre os países do Continente Africano contribuíram para valorizar a cultura e história desses povos e a nossa própria ascendência. A EBC também democratizou o acesso ao esporte ao transmitir o Campeonato Brasileiro Feminino e o Campeonato Brasileiro de Futebol Série C.

Não se pode deixar de mencionar a importância que a TV Brasil assumiu ao ser a única emissora aberta a transmitir os Jogos Paraolímpicos 2016. Conforme destacou Gomes (2016), “a transmissão é uma das formas mais importantes de estimular o esporte dos paratletas, para que possamos, cada vez mais, constituir o esporte como política de Estado, necessária e como direito de todo cidadão e cidadã.”¹¹

A radiodifusão pública é necessária, portanto, para democratizar o acesso e por trazer alguma inovação ao cenário conservador da grande mídia. Serve para ilustrar que em quase 70 anos da televisão aberta no país, o primeiro programa LGBT veiculado foi o *Estação Plural* – que começou a ser transmitido este ano pela TV Brasil. São poucos os espaços abertos ao debate qualificado sobre diversidade, direitos humanos e cidadania. O Brasil precisa fortalecer esses lugares e criar outros, por isso a necessidade de fortalecer o que já temos: a EBC.

Referências bibliográficas

FUENZALIDA, Valério. Programação. Por uma televisão pública para a América Latina. In: RINCON, Omar (Org.) **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 155-200.

LOPES, Ivonete da Silva. **Do projeto à práxis** : a construção da rede pública de televisão sob a liderança da TV . Tese [Programa de Pós-Graduação em Comunicação], Niterói: UFF, 2014.

MARTHE, Marcelo. **Com a faca e o queijo na mão**. Revista Veja. 21 mar. 2007.

¹¹ TV Brasil vai transmitir Jogos Paralímpicos em parceria com emissoras estaduais. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/tv-brasil-vai-transmitir-jogos-paralimpicos-em-parceria-com-emissoras>

A tragédia anunciada da EBC

Eugênio Bucci¹

A exemplo dos demais artigos desta edição da SOCICOM, este aqui foi escrito no calor da hora, sem o prazo necessário para a elaboração de um trabalho acadêmico. O convite veio a queima-roupa e de supetão. Mesmo assim, eu não poderia recusá-lo. A urgência dessa pauta para todos os que estudam a comunicação pública no Brasil – incipiente ou mesmo inexistente, quase sempre usurpada pela autoridade estatal – impõe a nós todo o esforço relâmpago de produzir um conjunto de reflexões, ainda que no atropelo, para entender o que se passa. A Empresa Brasil de Comunicação, que já vinha de ser um projeto estranho, estatizante, ultragovernista, mas disfarçado de “público”, tal como foi concebido no segundo governo Lula, sofre agora um revés ainda pior. A decisão do governo Temer de desativar o Conselho Curador e destituir o diretor-presidente, Ricardo Melo, piora, em muito, uma situação que já era bem ruim. Justifica-se, pois, que nos reunamos às pressas para pensar as implicações desse contrapé fatal.

Tive ocasião de avaliar os problemas que estavam contidos na estrutura estatal da EBC em dois livros, “O Estado de Narciso” (São Paulo: Companhia das Letras, 2015) e “Em Brasília, 19 horas” (Rio de Janeiro: Record, 2008). Pesquisei e publiquei ainda estudos em algumas revistas acadêmicas e, desde 2003, quando assumi a presidência da Radiobrás, que só deixei em 2007, este é um dos tópicos aos quais venho dedicando grande atenção. Agora mesmo, o presente texto resulta de apontamentos que fiz em duas colunas na imprensa. Uma, “O que Temer deveria fazer com a EBC”, foi publicado na revista Época (Ed. Globo), na edição de 25 de julho de 2016 (p. 24).² Outra, “Temer errou com a EBC”, saiu no jornal O Estado de S. Paulo de 26 maio 2016, página A2.³ Além disso, tive ocasião de

¹ Livre-docente em Comunicações – Universidade de São Paulo.

² Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/eugenio-bucci/noticia/2016/08/o-que-temer-deveria-fazer-com-ebc.html>

³ Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,temer-errou-com-a-ebc,10000053509>

proferir uma palestra no Conselho de Comunicação Social, no Senado Federal, em Brasília, no dia 8 de agosto de 2016.⁴

Em síntese, meu argumento é bem simples. A EBC resultou da fusão da Radiobrás com a antiga TVE do Rio de Janeiro, englobando todas as emissoras dessas duas instituições. A natureza jurídica da nova empresa, contudo, manteve-se nos marcos gerais em que operava a velha Radiobrás, quer dizer, estruturou-se como uma estatal típica. A marca distintiva foi dada pela figura do Conselho Curador, que tinha a participação de representantes da sociedade, e do mandato de quatro anos para o cargo de diretor-presidente. Todo o poder de gestão, entretanto, seguiu concentrado nas mãos do Conselho de Administração, como em qualquer estatal federal, e neste conselho tinham assento, voz e voto os representantes dos principais ministérios. Logo, o que a EBC fazia ou deixava de fazer não poderia divergir das orientações do Planalto. A EBC, enfim, sempre foi uma estatal, diretamente vinculada à vontade política da Presidência da República, acrescida de dois elementos decorativos: um Conselho Curador com pouquíssimo poder efetivo e um mandato de quatro anos para o diretor presidente.

Tanto essas coisas eram decorativas que o presidente Michel Temer, tão logo efetivado no posto (após a cassação do mandato de Dilma Rousseff), mandou para o Congresso uma medida provisória que aniquilou com uma e outra. Pronto. A vontade política do Planalto continuou valendo no comando da empresa.

A EBC jamais logrou construir uma base de apoio verdadeiramente ampla, social, cultural, além do apoio mais ou menos partidário que obtinha de organizações e agrupamentos diversos que orbitavam o governo federal. Quando foi golpeada pelo governo Temer, como foi, brutalmente, não encontrava quem a defendesse. Para a opinião pública no Brasil, a EBC era um aparelho do PT, pouco mais do que isso.

⁴ Ver em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/08/extincao-da-ebc-nao-solucionara-conflitos-dizem-debatedores>,

A ausência de apoio não foi produto de conspirações malignas de meios de imprensa em campanha insidiosa, mas de uma visão atrasada que orientou a organização da estatal. Primeiro, ela ficou indevidamente atrelada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Deveria ter ido para a esfera do Ministério da Cultura, como acontece com os organismos de comunicação pública nas principais democracias. Os governos Dilma e Lula diziam que não, mas gostavam de ter ao alcance da mão o controle político da empresa, para qualquer eventualidade.

Outra consequência desastrosa foi a proliferação de concursos de admissão e o inchaço funcional, que redundaram numa organização pesada, cara e ineficiente. Nela trabalham cerca de 2 500 funcionários e, só em 2016, deveria custar aos cofres públicos algo em torno de 550 milhões de reais (estimativa feita em julho de 2016). Para efeitos de comparação, a Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo, que, em 2015, gastou 140 milhões de reais (desses, apenas 93,4 milhões vieram dos cofres públicos; o restante veio de publicidade e de outras operações comerciais). Com esse orçamento e essa montanha de servidores, a EBC, para muitos, se reduzira a um “cabide de empregos” – e nem sempre esses muitos estavam errados. O fato é que ela era um apêndice do Palácio do Planalto para assuntos de comunicação, não uma entidade independente para o florescimento de programas culturais e para o noticiário e o debate político plural e não-partidário. Em suma, a EBC era estatal, foi tratada como um ente estatal pelo governo Temer e ninguém podia falar nada contra, ou quase nada, porque nada tinha sido dito antes, quando Dilma Rousseff ocupava o gabinete hoje usado por Michel Temer. O erro de Temer, aqui como em outros campos, foi um prolongamento dos erros cometidos nos governos Lula e Dilma.

O maior erro de Temer, no entanto, foi de sentido. Nisso, ele agiu pelo oposto em relação aos seus antecessores. Lula e Dilma avançaram quase nada em relação ao que poderiam e deveriam ter feito nesse campo, mas caminharam uns poucos milímetros, por assim dizer. Temer recuou e passou a avançar na direção oposta. Deu marcha-à-ré, para que fique mais claro. A seguir, este meu argumento vai ganhar mais nitidez.

Logo que o governo Temer começou a tomar corpo, era óbvio que a EBC, como o projeto de comunicação pública que ela poderia ter sido e nunca foi, estava jurada de morte. A ameaça mais grave seria reduzi-la a uma agência governamental de porte modesto, campeada pela mediocridade.

As tentativas de golpear não o que a EBC era, mas o que ela poderia vir a se tornar se se tornasse independente, eficiente e crítica, começaram antes do afastamento definitivo de Dilma Rousseff, quando Temer já respondia como interino pelo governo federal. No dia 17 de maio, ele exonerou o diretor-presidente da EBC, o jornalista Ricardo Melo. Competente, íntegro e respeitado pelos pares, Melo sofreu um agravo com esse gesto abrupto. Estava havia pouquíssimas semanas no posto. De acordo com a lei 11.652, de 7 de abril de 2008, teria um mandato de 4 anos, e isso não foi respeitado. Dias depois, em recurso ao Supremo Tribunal Federal, ele conseguiria manter seu cargo, mas foi por pouco tempo. Seu afastamento definitivo viria nos primeiros dias de setembro.

A EBC fazia propaganda de Lula e de Dilma? Claro. Sob Dilma, a estatal era partidarizada, mas ela sempre, ou quase sempre, foi assim. Se quisesse mudar mesmo, mas mudar para o futuro, e não para o passado, na direção do passado, o Presidente da República teria outros instrumentos, mais legítimos e menos deselegantes. Poderia ter proposto ao Congresso Nacional um projeto de lei (ou medida provisória) alterando as regras internas da estatal, transformando-as numa fundação, separada dos negócios do Estado e dos interesses do governo. Mas Temer, infelizmente, fez o contrário.

A democracia brasileira precisa de um sistema de comunicação não comercial bem estruturado – e independente, tanto do governo como do mercado. Nisso não vai nenhuma originalidade. Os Estados Unidos e os mais influentes países europeus contam sistemas desse tipo há várias décadas. Nos Estados Unidos, as rádios públicas se associam à NPR (a National Public Radio), um complexo que rende boa audiência com programas de qualidade jornalística reconhecida mundialmente. Em televisão, os americanos contam com as emissoras do PBS (Public Broadcasting Service), de excelência provada e comprovada. França, Alemanha, Canadá, Espanha, Portugal, o Reino Unido, Canadá e

Portugal, entre outros países, dispõem de modelos equivalentes, todos públicos e todos independentes do governo e dos anunciantes.

O Brasil ficou para trás nesse quesito. Agora, a julgar pelos atos do Planalto, vai ficar ainda mais atrasado. Existe espaço, ainda, para transformar o complexo da EBC num polo verdadeiramente público, e não mais estatal-governamental, para criar no País um embrião nacional de um sistema que não seja contaminado pelo proselitismo governista, pela propaganda religiosa (que virou uma praga na televisão e no rádio do Brasil) e pela publicidade comercial. A EBC teria potencial para isso. Ela não é um mal em si. Ela não é apenas um “cabide de empregos”. O mal que existe dentro dela é o governismo, que gerou ineficiência, corporativismo e baixa audiência.

Se quisesse aposentar o velho padrão e acabar com o aparelhismo, Temer deveria não fechar, mas mudar a EBC em dois aspectos centrais. Primeiro, e vou me repetir, deveria transformá-la numa fundação, que seria comandada por um conselho com representantes da sociedade (não mais do governo). Depois, deveria desvinculá-la da Presidência da República e ligá-la ao Ministério da Cultura, mas sem subordinação ao ministro.

É pena, mas não é isso o que estão fazendo – e parece que não estão pensando em mudar de orientação.

Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Rita Freire¹

A sociedade na governança da comunicação pública

Em 1988, a Constituição Federal abriu a possibilidade de se arejar a cena da radiodifusão brasileira, ao atribuir um caráter complementar para a comunicação pública, ao lado do setor privado e o estatal. A histórica prevalência do sistema privado e suas fortes conexões com o poder político central, pouco deixaram margem ao florescimento de um sistema de comunicação com alguma autonomia em relação a esses setores. Ao contrário de outros países, em especial na Europa, onde a televisão pública teve papel mais estruturante no sistema de radiodifusão, no Brasil o segmento não foi priorizado em políticas, modelos ou leis.

A nova Carta Magna abriu a fresta que não seria desprezada pela sociedade. O Art. 223. estabeleceu claramente o princípio da complementariedade. Junto com o Art. 221, a Constituição ofereceu o escopo para um debate nacional que levaria, duas décadas depois, à constituição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Estabeleceu princípios para a radiodifusão pouco observados no sistema de comunicação no país: a priorização das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e o estímulo à produção independente; o favorecimento à regionalização da produção cultural, artística e jornalística (Constituição Federal, Cap. V).

Os artigos da Constituição Federal sobre o conjunto da comunicação não foram regulamentados, no sentido de uma democratização do setor, e permaneceram os privilégios representados pelos oligopólios privados. Mas no campo público, a

¹ Jornalista e presidenta do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação até 2 de setembro de 2016.

complementariedade mereceu um avanço concreto. A partir dos resultados de um Fórum Nacional das TVs Públicas, realizado em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs e o Congresso aprovou a Lei 11.652/2008 de criação da Empresa Brasil de Comunicação.

A nova empresa assumiu a gestão de três canais (TV Nacional/Radiobrás, TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão) que passaram a compor a TV Brasil e incorporou o patrimônio da extinta Radiobrás, TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão, e outras sete emissoras de Rádio AM, FM e Ondas Curtas, alcançando Rio de Janeiro, Distrito Federal e toda Região Amazônica, incluindo a região da tríplice fronteira de Tabatinga (AM). Assumiu duas agências de notícias, uma agência de publicidade legal e uma prestadora de serviços de rádio (Voz do Brasil) e televisão (NBR) estatais. Em 2008, passou a integrar uma geradora de TV em São Paulo e em 2010 lançou um canal de TV Internacional. Também constou da lei a constituição de uma Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão e Rádio, para atuar em parcerias com outras entidades da área. O Art. 2º da Lei 11.652 conferiu à empresa, em seu inciso VIII, “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”; e, no inciso IX, a “Participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (Frente, Conselho. A disputa..., 2016).

Para dar concretude a esses ditames, que emolduram o conceito de comunicação pública em construção no Brasil, a Lei assegurou alguns instrumentos. Definiu mandato de 4 anos para o presidente da empresa, preservando sua atividade de eventuais intervenções por parte do Poder Executivo. Apesar de nomear o dirigente, o governo não poderia depois interromper seu mandato. De outro lado, a lei estabeleceu a participação social por meio da presença majoritária da sociedade civil no principal instrumento de governança da empresa, o Conselho Curador.

O Conselho Curador existe para zelar pelos princípios e pela autonomia da EBC, impedindo que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Além disso, visa representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e no plano de trabalho da empresa (Conselho Curador, Cartilha 2015).

A Lei conferiu ao Conselho Curador o zelo pelo conteúdo e linha editorial de todos os veículos da EBC. O Art. 17, entre outras atribuições, estabeleceu as responsabilidades de:

I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei; III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei; IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática; (Lei 11.652/08).

Enquanto Diretoria-Executiva e Conselho de Administração eram parte da estrutura de gestão da empresa, o Conselho Curador foi criado como órgão de governança, podendo, inclusive, destituir diretores, por meio de dois votos de desconfiança do colegiado, no período de doze meses. (Lei 11.652/08, Art. 19, § 3º)

A composição do Conselho Curador da EBC ficou estabelecida em 22 cadeiras, sendo 15 para representantes da sociedade civil, que após a primeira composição passaram a ser indicados via consulta pública coordenada pelo próprio Conselho; quatro para o Governo Federal (Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, pasta incorporada pela Presidência no governo Temer, com perda de status de Ministério; Ministro da Cultura; Ministro da Educação e Ministro da Ciência e Tecnologia); uma para a Câmara dos Deputados; uma para o Senado Federal; e uma para representante dos trabalhadores da EBC. São obrigatórias as participações da direção da empresa nas reuniões plenárias do Conselho, embora sem direito à voto, e da Ouvidoria, apresentando relatórios das manifestações do público para debate, além de análises críticas dos conteúdos.

O papel da Ouvidoria não se limita “a receber e encaminhar reclamações dos cidadãos a respeito dos veículos da EBC”. Basta conferir o Art. 20 da Lei 11.652/2008, que institui os princípios e objetivos da radiodifusão pública, para ver que uma das obrigações da Ouvidoria é fazer a crítica de conteúdos dos veículos da EBC, encaminhando relatórios ao Conselho Curador e boletins periódicos à diretoria executiva. E isso, justamente para evitar, entre outros deslizes, que a comunicação pública se torne “chapa-branca” (Marques, J. 07/06).

Instalado, o Conselho passou a debater suas ações com a sociedade em seminários, audiências e reuniões abertas, orientando grandes coberturas jornalísticas ou cobrando correção de programas conflitantes com as diretrizes aprovadas. Suas atividades se traduziram em resoluções – de cumprimento obrigatório – ou recomendações, pareceres, notas técnicas ou relatorias, também orientadoras das atividades da empresa.

Um breve resumo de atividades e contribuições do Conselho Curador da EBC, distribuído pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública aos parlamentares do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS CN) e da Comissão Mista encarregada de apreciar a Medida Provisória 744/2016, que trata da EBC, elenca, entre outros fatos, diversos produtos normativos dos conteúdos veiculados pela empresa pública:

Foi o Conselho Curador quem solicitou e acompanhou a elaboração de todos os manuais, instâncias e normas internas relacionadas à produção de conteúdo na EBC, conforme as resoluções 03, 04 e 05/2010; 05/2012; 06, 07 e 08/2014; e a recomendação nº 02/2014; que criaram: o Comitê Editorial de Jornalismo e o Manual de Jornalismo da EBC; os planejamentos para cobertura das eleições de 2010, 2012 e 2014; a Política de Esporte da EBC; o Plano Editorial da Agência Brasil; e o plano de cobertura da Copa do Mundo (Frente, Conselho, Um Balanço ... 2016).

Na vigilância da programação, em defesa da autonomia, as deliberações do Conselho corrigiram, ainda, desvios de rotas cometidos pela direção da empresa.

As resoluções 01, 02, 03 e 04/2016; além das recomendações 02, 03, 04 e 05/2016; procuraram resolver problemas na prestação de serviços ao Governo Federal, em programas religiosos que exibiam conteúdos político-partidários e eleitorais, e em razão de mudanças arbitrárias nas grades de programação dos veículos. Além disso, os documentos orientaram a cobertura de assuntos referentes à população indígena, o equilíbrio na cobertura jornalística, e a necessidade de ampliação da cobertura jornalística da EBC durante a crise política que o país atravessa (Frente, Conselho, Um Balanço ... 2016).

Para assegurar a construção da autonomia financeira da empresa, foi criada a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), a ser paga pelas empresas de telecomunicação, para manejo exclusivo da EBC e destinação de uma parte às parceiras

da Rede Nacional de Comunicação Pública. Estes recursos no entanto, nunca chegaram à EBC, por resistência das empresas de telecomunicações e retenções pelo governo federal.

Outro problema que afetaria a EBC, foi a sua vinculação direta à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e o modo com que se dava a prestação de serviços à NBR, condições que mantinham proximidade e dependência excessivas do governo. O próprio Conselho Curador abriu o debate. O seminário *Modelo Institucional da Empresa Brasil de Comunicação*, realizado em agosto de 2015, reuniu em Brasília cerca de 100 pessoas, representantes de entidades da sociedade civil, produtores de conteúdo, acadêmicos, ministros de Estado, parlamentares, diretores e funcionários da EBC, para apontar caminhos para o aperfeiçoamento do modelo. Uma série de recomendações foram produzidas conjuntamente (Conselho, 25/8/2015).

Desestabilização cotidiana e a voz da mídia privada

As primeiras especulações sobre os planos do governo de mudar a gestão da EBC se deram, desde o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, pela imprensa e blogs de fofoca política, com informações de bastidores do governo interino, e de fontes anônimas que já anunciavam medidas autoritárias (Os Divergentes, 13/05; 14/05/16).

O debate sobre a linha editorial do jornalismo, criticado por mostrar os movimentos contrários ao processo de impeachment, pouco visibilizados pela mídia comercial, foi acompanhado de denúncias e desqualificações. A empresa alegou exibir igualmente em seus veículos as posições e protestos contra e a favor da presidenta Dilma Rousseff. O Conselho Curador analisou a cobertura, debateu com a empresa e os trabalhadores, posicionou-se em favor da do equilíbrio e da pluralidade de vozes, adotou medidas para assegurar-los (Conselho, 22/04/2016).

As notícias constantes sobre um possível desmonte da EBC pelo governo interino agudizaram as tensões internas, a insegurança e a cobrança dos trabalhadores em relação

ao descaso com algumas reivindicações históricas. Foi um tempo de pressões e negociações intensivas.

O diretor-presidente da EBC foi exonerado e substituído em 17 de maio. O ato foi derrubado por liminar do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, por ferir a Lei 11.652/08. Apesar de ilegal, a troca permitiu ao governo fazer mudanças bruscas enquanto era contestada no Supremo Tribunal Federal. Foram nomeados os jornalistas Laerte Rímoli para a presidência e Cristiane Samarco para a diretoria-geral.

No comando do Conselho de Administração (órgão interno à EBC que aprova contratos, gastos e nomeações), o novo secretário de Imprensa de Temer, Márcio Freitas, em conjunto com os dois dirigentes, aprovou rápidas mudanças que não poderiam ser desfeitas sem anuência do órgão, ainda que Ricardo Melo voltasse à presidência. Foram substituídos três dos principais diretores da empresa, com as nomeações de Luiz Antônio, de Administração e Finanças, Lourival Macedo, de Jornalismo e Maria Aparecida Fontes, de Produção.

Profissionais com conhecimento técnico e detentores de informações estratégicas para o funcionamento da casa foram demitidos sumariamente, sem tempo sequer para transmitir orientações a eventuais sucessores. As demissões por meio de portarias acompanharam a suspensão de contratos de programas, enquanto o noticiário alimentava a insegurança dos trabalhadores. "O clima na EBC é pesado. Funcionários temem ao menos 50 novas demissões nos próximos dias e até a fusão da TV Brasil com a NBR, que na prática representa o fim da emissora pública há oito anos no ar" (Pacheco, UOL).

Mesmo após o retorno de Ricardo Melo, notas sobre fechamento, demissões, ou extinção da TV Brasil, se repetiram cotidianamente.

O presidente interino Michel Temer está disposto a extinguir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), como antecipou a coluna de Jorge Bastos Moreno deste sábado. Temer já recomendou um estudo para encerrar as atividades da emissora

pública. O fim da EBC tem apoio de Geddel Vieira Lima, ministro-chefe da Secretaria de Governo, e de Moreira Franco, secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (Blog do Moreno, 11/06).

Situações inverossímeis foram difundidas para cobrar a intervenção do governo:

Deputados aliados ao governo receberam a informação de que a EBC prepara uma cobertura especial durante a Olimpíada focada em eventuais protestos contra o governo, informa o Radar. É a cabeça de Ricardo Melo. Aliás, e o plano do governo para cortar essa cabeça? (O Antagonista, 21/07/16).

Colunistas insistiam na desfiguração da empresa a caminho:

A EBC não será extinta, como queria Geddel Vieira Lima, mas voltará ao formato que já foi um dia — ou seja, o de uma agência de notícias. E a TV Brasil? Não há consenso sobre o que fazer com ela. O governo pode remodelar a TV pública ou até mesmo extingui-la. A revelação é de **Eliseu Padilha**, em entrevista a Jorge Bastos Moreno, que vai ao ar no domingo, às 21h30, no programa "Preto no branco", no Canal Brasil (O Globo, Lauro Jardim, 11/06/2016).

A Folha de S. Paulo publicou números de fontes anônimas, destoantes da realidade, e anunciou: "*Temer pretende reduzir atuação da EBC e fechar a TV Brasil*".

Controlada pela União, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) está prestes a perder seu principal braço público de rádio e TV. Nos próximos dias, o presidente interino Michel Temer enviará ao Congresso um projeto de lei reduzindo a atuação e os custos da empresa (FSP, 17/06).

Em editorial no dia 25 de junho de 2016, o mesmo jornal criticou os gastos do governo com publicidade, omitindo que estes beneficiam majoritariamente a grande mídia comercial, e chamou a EBC de empresa concorrente

Já se contam na casa dos bilhões os gastos anuais da União e de suas estatais com publicidade. Usam e abusam do pretexto de que lhes cabe informar a população de seus atos, realizar campanhas de interesse público e, no caso das empresas públicas, competir com concorrentes do setor privado. (A TV Chapa Branca, Folha de S. Paulo)

O advogado responsável pelo mandado de segurança contra a exoneração de Ricardo Melo, Marco Aurélio de Carvalho, lamentou que, em nenhum momento, a imprensa tenha se debruçado sobre "o fato de que o mais alto mandatário da República,

em sua interinidade como chefe de Estado, e em pleno processo de impeachment, violou a lei que deveria preservar” (Carvalho, 2016).

Para Carvalho, a EBC, criada em 2008, é a mais importante e ousada experiência de comunicação pública brasileira e precisa de todos os setores da sociedade, inclusive da mídia privada, para defendê-la, vigiá-la e consolidá-la.

A mídia comercial deu espaço para alguns artigos e entrevistas em defesa da Lei da EBC (Bucci, E. OESP 26/05; Feire, R. FSP 16/06; Bergamo, M. FSP 16/07; Melo, R FSP 29/08). A publicação insistente de notas, editoriais e informações distorcidas contra a empresa e a reprodução de boatos (Dora Kramer, OESP, 18/05, OESP Editoriais 7/06; 24/06; Wiziak, J. FSP. 17/06; FSP Editorial, 25/06) ajudaram a desestabilizá-la.

O efeitos da MP 744

No dia 31 de agosto, a presidenta eleita da República, Dilma Rousseff, perdeu definitivamente seu mandato por votação do Senado a favor do impeachment. Menos de dois dias depois, ainda na madrugada de 2 de setembro de 2016, o Diário Oficial da União publicou a medida provisória que fez terra arrasada nos instrumentos de autonomia da EBC: a MP 744/16 (Dom, 2016), que modificou o art. 12 e revogou os arts. 15, 16 e 17 da Lei nº 11.652/2008, de criação da EBC.

Após a tentativa frustrada de ignorar a Lei da EBC, com a troca fracassada de comando da EBC, o governo decidiu então mudar a Lei que o impedia de controlar a empresa. Com isso, buscou livrar-se tanto do STF, que revertera a substituição do diretor-presidente por desrespeitar a lei, quanto do Conselho Curador, que poderia destituir o substituto se este também a atropelasse.

A MP 744 retirou da Lei da EBC todas as menções ao Conselho Curador e às suas atribuições, ignorando a Constituição, que determina a complementariedade da

comunicação, e contrariando a própria Lei da EBC que, nos incisos VIII e IX do Art. 2, estabelece autonomia em relação ao governo e garante participação social. Com a medida, a sociedade civil ficou automaticamente fora da governança da empresa de comunicação pública.

A MP 744 também acabou com a inviolabilidade do mandato do diretor-presidente da EBC, condição necessária para a autonomia editorial em relação ao governo. A edição da medida foi seguida da exoneração e substituição, pela segunda vez, do presidente da empresa, Ricardo Melo, revertida mais uma vez pelo ministro Dias Toffoli, do STF, por questões de procedimentos formais, mas posteriormente confirmada com o arquivamento de mandado de segurança pelo mesmo magistrado. O presidente mandatário foi, portanto, afastado do exercício de seu mandato.

O Conselho de Administração foi alçado à condição de órgão superior da EBC, controlado integralmente pelo Poder Executivo, tendo ampliado de cinco para sete o número de representantes, sendo seis do governo federal, incluindo os presidentes da empresa e do órgão e uma representação dos trabalhadores, indicada pelo quadro de funcionários. A EBC passou, com isso, de empresa de comunicação pública a empresa sob gestão governamental.

Um instantâneo do desmonte

A M744 interrompeu agendas em torno das quais o Conselho deveria tomar decisões algumas horas depois, Inviabilizou a 63ª Reunião Ordinária do colegiado, programada para a tarde daquele mesmo 2 de Setembro. O registro das atividades no momento em que foram paralisadas pode oferecer um instantâneo do papel que o Conselho exercia para o amadurecimento do projeto brasileiro de comunicação pública encabeçado pela EBC.

A participação social majoritária foi, não poucas vezes, o que sustentou o debate público e a solução para problemas enfrentados pela empresa, com apoio de trabalhadores e representantes do Congresso Nacional, que tiveram participação ativa no colegiado, embora minoritária. Os ministros, com quatro cadeiras no Conselho, pouco participavam diretamente e seus representantes não tinham poder de decisão. Após o afastamento de Dilma Rousseff, os ministros do governo interino não se interessaram.

A EBC acabava de sair de um quadro de instabilidade iniciado alguns meses antes, com o inesperado pedido de exoneração pelo então presidente da empresa, Américo Martins. Especulações sobre os motivos, atribuídos pela imprensa a intervenções indevidas do governo, e a demora na nomeação de substituto, geraram tensões e desconfiança. O Conselho Curador precisou lidar com aquela fase, chamando o governo a dar explicações, invocando o cumprimento do Plano de Trabalho Anual, ainda sob ajustes, e cobrando as providências para uma transição rápida. (Conselho, 01/04/2016).

Passada essa fase, veio o impeachment, a troca de comando, a suspensão de programas e contratos, as demissões. O Plano de Trabalho e o monitoramento conjunto com a empresa foi novamente tomado pelo Conselho, como instrumento para a travessia da crise.

Ajustes ao Plano, e demais atividades do Conselho em curso no momento da MP, retratavam o grau de apropriação das preocupações da empresa pela sociedade civil, uma relação já indissociável do caráter público da EBC. A reunião de 2 de Setembro começara a ser preparada dois dias antes por grupos de trabalho, câmaras temáticas, reuniões conjuntas e uma audiência pública.

Constava da pauta oficial para a reunião plenária uma análise da conjuntura da comunicação pública pelos(as) conselheiros(as) e a apresentação dos resultados de uma audiência pública sobre a "Rede Nacional de Comunicação Pública e Produção Independente" realizada pelo colegiado exatamente na véspera, dia 1º de Setembro, com representantes de emissoras e produtores regionais. (Conselho Curador, Audiência

Pública, 2016); A crise na EBC já vinha contaminando toda a rede, inclusive em sua sustentabilidade, e o Conselho Curador se tornara espaço para o debate ampliado dos problemas. As parceiras esperavam mobilização conjunta pela liberação dos recursos da CFRP, estímulo à produção e acordos sobre conteúdos, e pela continuidade dos editais para impulsionar a produção regional.

Estavam previstos também relatório e análise da nova grade de programação da TV Brasil e das rádios EBC, em construção nos últimos meses; análise e debate do relatório de gestão (e os ajustes inevitáveis no Plano de Trabalho em razão de cortes de recursos); análise e debate do relatório da Ouvidoria; informes do Comitê Editorial e seus primeiros problemas de funcionamento. O Comitê, instalado por exigência do Conselho Curador e dos trabalhadores, deveria ter voz ativa na discussão do jornalismo, mas já enfrentava resistência da empresa.

A reunião ainda trataria dos calendários próximos, como a finalização da Consulta Pública para a renovação do colegiado; a realização de *Workshop sobre diretrizes para o Plano de Trabalho 2017/2018*, organizado conjuntamente com a empresa; o agendamento de um Roteiro de Debates sobre a situação das Rádios da EBC e a preparação de uma segunda fase de debate interno sobre o papel do Conselho Curador e da Ouvidoria, já prevendo a acolhida a futuros novos conselheiros(as). Seriam apresentados ao pleno relatos, notas públicas e correspondências reportando preocupações de entidades nacionais e internacionais com as ameaças à empresa pública brasileira (*Frente, Conselho. Pareceres..., 2016*).

Com a reunião suspensa, integrantes do Conselho se dirigiram à escadaria da EBC, local que trabalhadores habitualmente ocupam para suas assembleias na entrada da sede, no Edifício Venâncio 2000 Asa Sul de Brasília, e denunciaram em Ato Público a medida autoritária. Divulgaram Nota Pública, ainda publicada no site do colegiado. (Conselho, 02/09/2016). E decidiram manter reunião prevista para o dia 4 de Outubro, no Rio de Janeiro, em caráter extraoficial.

A defesa da grade e da programação infantil

A EBC tem várias características que a tornam única na cena da radiodifusão e da comunicação de modo geral. É a única a chegar por rádio a toda Amazônia, a produzir e distribuir conteúdos gratuitos e de credibilidade pela Agência Brasil e Radioagência Nacional, que beneficiam imprensa comercial e alternativa e alcança pequenas emissoras e rádios comunitárias por todo país. É a maior exibidora, de longe, de produções do Cinema Nacional, líder na avaliação da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Mas se havia uma grande preocupação do Conselho a enfrentar no dia 2, esta se referia à programação infantil.

A EBC, entre as emissoras de TV abertas, é a única a oferecer programação de qualidade dirigida ao público infantojuvenil brasileiro. *Tem mais de 40 horas semanais de programação infantil pautadas em valores humanos e afirmativos. (Frente, Conselho. A disputa..., 2016);* Mesmo programas estrangeiros são escolhidos por sua relevância pedagógica ou contribuição cultural. A série de animação colombiana *Guilhermina e Candelário*, por exemplo, é a única na televisão brasileira em que toda a família de personagens é afrodescendente (TV Brasil, 2016). Uma televisão como o SBT, que ainda mantém seu horário dedicado às crianças, o faz adquirindo pacotes de animações da Disney e promovendo produtos da empresa através de anúncios nos intervalos. Outras emissoras foram gradativamente abandonando as programações infantis, que ficaram segmentadas e concentradas em canais de TV por assinatura, e portanto não acessíveis a uma grande parcela das crianças brasileiras. A TV Brasil precisaria melhorar sua programação e não sacrificá-la.

Após a troca de comando na EBC, a TV Brasil, carro-chefe da empresa, colecionou programas cortados ou inviabilizados pelos contratos suspensos, apresentando buracos difíceis de preencher de uma hora para outra. O Conselho de Administração recusou novas contratações ou renovações. Chegou a determinar meta de déficit zero até o final do ano de 2016, mesmo com recursos bloqueados e pagamentos retidos pelo governo. Só da CFRP, a EBC acumulava um saldo de cerca de R\$ 2 bilhões depositados em juízo pelas

empresas de telecomunicação, e de cerca de R\$ 800 milhões contingenciados pelo governo. Isto agravado pelos cortes no orçamento feitos em pleno decorrer do ano, deixaram a empresa com superávit nos recursos a ela devidos e déficit projetado para o ano. No rearranjo forçado e improvável das contas da empresa, novos programas acabaram empurrados para a linha de corte.

Ao detectar mudanças intempestivas, o Conselho Curador emitiu resoluções e chegou a advertir a empresa. (Conselho Curador, 7/03/2016). Era um aviso de que o desmonte da grade, sem alternativas compatíveis, poderia ter consequências graves para a gestão. E isto não dizia respeito a este ou àquele presidente ou diretor, mas à responsabilidade em relação à EBC.

O Conselho recomendou a substituição dos programas eliminados por outros que fossem compatíveis com a proposta original da grade. (Conselho Curador, 07/07/2016) Explicando melhor: não era para substituir um programa jornalístico por um filme, por exemplo. A empresa pretendia avaliar o uso de recursos próprios já existentes e pessoal da casa para substituir profissionais desligados, mas o gênero dos programas e o tempo a eles dedicados deveriam ser respeitados e mantidos. Se o corte havia incidido sobre um programa de debate ou entrevista, outro programa dessa natureza deveria ocupar o seu lugar. Um programa infantil que tivesse seu contrato suspenso deveria ser substituído por outro infantil disponível na empresa ou na rede de emissoras parceiras.

Nunca soluções para mudanças tão drásticas precisaram ser buscadas em tão pouco tempo, e os membros do colegiado passaram a acompanhar o trabalho de reformulação. (Conselho, Pareceres, 2016) Apesar do esforço desesperado da empresa, e da reconstrução da grade em condições de aprovação, o conselho detectou na proposta final uma redução da faixa dirigida ao público infantil em seis horas semanais. E não pretendia aprová-la. Para a sessão plenária do dia 2, que nunca aconteceria, o Conselho Curador se preparava para, ainda uma vez mais, puxar o freio, cobrar e discutir alternativas.

Renovação interrompida

No dia 9 de Setembro, portanto sete dias após a MP 744, deveriam ser abertos os últimos envelopes com as candidaturas da sociedade civil ao preenchimento de cinco vagas no Conselho Curador da EBC, geradas com o fim do mandato de cinco conselheiros.

Tratava-se de mais uma obrigação legal, definida pelo Art. 17, no parágrafo 1º: *“Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição ...”*, e no parágrafo 2º:

a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente: I - à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia; II - à educação ou à pesquisa; III - à promoção da cultura ou das artes; IV - à defesa do patrimônio histórico ou artístico; V - à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente; VI - à representação sindical, classista e profissional (Lei 11.652/08).

O processo de consulta à sociedade foi iniciado 17 de junho de 2016, com publicação edital no Diário Oficial da União, e o prazo renovado por duas vezes, a pedido de organizações da sociedade civil. As condições de participação divulgadas em edital do Conselho se revelaram rigorosas e complicadas, e demandavam mais tempo para a definição de candidaturas (Conselho, 17/06/2016).

Parte dos critérios era já prevista já na Lei, como regionalidade e diversidade. Outros vários foram definidos a partir de Audiência Pública realizada em março de 2016 e da avaliação dos próprios conselheiros sobre os setores sub-representados no colegiado.

Calculadas as cadeiras da sociedade civil, verificou-se que, para igual representação de homens e mulheres, no mínimo quatro, das cinco novas vagas, deveriam ser ocupadas por conselheiras. Na renovação anterior, em 2015, duas das cinco vagas foram preenchidas por afrodescendentes. E uma indígena. Agora, em busca de equilíbrio, outras três deveriam ser de pessoas negras ou indígenas. E por um(a) jovem. Os debates da

diversidade vinham merecendo reforço do Conselho, com a criação de um Grupo de Trabalho para orientar a empresas em relação a gênero, raça e etnia, juventude, acessibilidade.

Em relação aos setores sub-representados, foram detectados o setor artístico, do meio ambiente, da proteção à infância e juventude, do universo LGBTT e do campo empresarial, que agora deveriam ser cobertos por conselheiros(as) das áreas. Ficava ainda reservada uma vaga para cada uma das cinco regiões.

O novo processo subvertia a lógica de indicações anteriores: em lugar de buscar apenas em seus quadros e campos de atuação, as entidades interessadas passaram a olhar para o conjunto da sociedade em busca de personalidades próximas às necessidades da governança da empresa. Apesar da riqueza da experiência, o momento da avaliação das candidaturas também não chegou, várias entidades reunidas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) insistiram no envio das candidaturas. Porém, acabaram por não ter a quem remeter as indicações, após a notícia do desmonte total das instalações físicas do Conselho Curador.

Em debate, a EBC é nossa?

Para pertencer à sociedade, é preciso chegar a ela. E não é fácil medir até onde a EBC chega geográfica e demograficamente, porque não são mensuráveis sua penetração em parabólicas, não há medição de audiência nas cidades do interior, da sua retransmissão por parceiras, a reprodução dos seus conteúdos gratuitos, de texto, imagens, audiovisuais. Há estimativas, associadas à infraestrutura da EBC e da rede.

A RNCP/TV é formada por 52 geradoras e 741 retransmissoras terrestres de TV aberta, está presente em 23 estados e mais o Distrito Federal, alcançando 1.589 municípios. Hoje a cobertura da RNCP/TV tem maior alcance por meio do sinal analógico, com acesso disponível para 64,29% da população brasileira. A TV Brasil em sinal digital encontra-se disponível para 40% da população, por meio de três geradoras digitais próprias (São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal), duas retransmissoras digitais próprias (Minas Gerais e Porto Alegre) e de 11 geradoras

digitais parceiras da Rede. A Rede de Rádios da EBC é formada por sete emissoras e duas retransmissoras de rádio, além de 40 emissoras parceiras. A ampliação da cobertura será resultado da implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádios – RNCP/ Rádios (Frente, Conselho, A disputa ..., 2016).

Há lugares onde a EBC não chega de fato. Não tem alcance de sinal. Falta investimento. Falta integrar concretamente a RNCP, e políticas para que as parceiras possam se desenvolver nas regiões. Falta adequar suas produções às novas tecnologias, cultura e ambiente digital, apoiar a produção local, qualificar e envolver trabalhadores nas decisões. Ultrapassar essas barreiras depende de políticas. E recursos – que existem - mas não serão disponibilizadas sem pressão da sociedade e, portanto, sem participação social.

É na participação direta, em um sentido amplo, que será possível medir o pertencimento da EBC à sociedade. Para Lüchmann, estudiosa da participação social, a modalidade da participação direta extrapola a dimensão individual e pode ocorrer também por intermédio de organizações da sociedade civil. Para ela, a qualidade e a legitimidade da representação vão depender do grau de articulação e organização da sociedade civil, uma vez que uma representação legítima requer uma participação ativa. Conselhos, nessas condições, podem ser exemplos de espaços públicos que promovem a conexão entre representantes e representados (Lüchmann, 2007, p. 166).

No Conselho Curador da EBC, a conexão de que fala Lüchmann se constrói por intermédio de organizações múltiplas envolvidas em cada indicação e frentes nacionais de entidades que tomaram para si a defesa da comunicação pública. São os casos do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a Frente Parlamentar com participação social pelo Direito à Comunicação e a Liberdade de Expressão (Frentecom) que reverberam temas de preocupação sobre a EBC.

As reações da sociedade civil e lideranças políticas ao impacto das intervenções na EBC evidenciaram o processo de apropriação crescente e surpreendente, se considerado que a EBC tem apenas 8 anos de existência. A partir do início do desmonte, formou-se ainda uma nova Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, com mais de uma centena de entidades nacionais. Junto com o Conselho Curador, organizações em rede

passaram a promover eventos, atos públicos e audiências, e encontraram eco e solidariedade em movimentos de resistência cultural, como o Ocupa MinC, sindicatos, mídias livres e universidades. A comunicação pública tornou-se assunto dos movimentos sociais de saúde, educação, feminista, pela terra, etc.

Por esse termômetro, a EBC pertence à sociedade. É o que pode explicar que uma audiência pública promovida conjuntamente pelas Comissões de Cultura, de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados tenha atraído nada menos do que 22 parlamentares, de sete partidos (PT, PCdoB, PSOL, Rede, PP, SD, PPS) de 12 Estados (RJ, MG, SC, PB, RS, AL, DF, SP, SE, PE, PR, BA), além de sala lotada por trabalhadores da EBC, representantes da rede de emissoras públicas e da sociedade civil para debater, com diversidade de visões e críticas, "A defesa da Comunicação Pública" (TV Brasil, Audiência, 2016).

É evidente, porém, que a EBC está em disputa e sob ataque. Essa mesma audiência foi mal recebida, por exemplo, pelo jornal O Estado de S. Paulo, que a classificou como reunião de *apaniguados do PT* e "*um encontro entre amigos com o objetivo único de cancelar a doutrina do partido ao qual pertencem ou com o qual simpatizam*" (Debate como eles gostam, OESP). O fato de a EBC pertencer à sociedade incomoda governos, partidos e setores privados (Debate como é preciso, Freire, 2016).

Na interação com os diversos setores da sociedade, o Conselho Curador já enfrentou temas delicados, como a defesa de uma Faixa da Diversidade Religiosa da EBC, que afinal resultou na estreia de um programa jornalístico e outro filosófico para mostrar a pluralidade de crenças existente no país. Antes, a TV Brasil exibia somente programas de origens católica e evangélica, herdados da antiga TVE do Rio de Janeiro. É um debate que continua, envolvendo enorme diversidade de vozes, buscando o caminho do equilíbrio entre a diversidade religiosa do país e a defesa da laicidade do Estado.

Pertencer à sociedade também depende da aceitação e reprodução de experiências, e cabe observar que

(...) o legado conceitual do Conselho fez com que emissoras educativas, universitárias, comunitárias e de outros campos da esfera pública, ao longo de sua atuação, se aproximassem do Conselho Curador da EBC para obter apoio na construção de seus próprios mecanismos de participação social, como é o caso da Fundação Piratini, do RS, e do Canal Saúde, da Fundação Fiocruz (Frente, Conselho, Um balanço ...2016).

Relatos e declarações revelam a preocupação de entidades e fóruns como Unesco, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS CN), encontros do Fórum Social Mundial (FSM), Fórum Mundial de Mídia Livre (FMML), Public Media Alliance (PMA) e Public Broadcasting International (PBI) (Cartas, Ciranda, 2016).

Ao analisar modelos de comunicação pública, para estudar o modo de funcionamento do Conselho Curador da EBC, o pesquisador Pereira Filho entende que

o horizonte da comunicação pública é a construção de um ambiente polifônico e, ao mesmo tempo, promotor da cidadania e da democracia... Assim, aqui não se compreende a participação como um espaço apartado das clivagens existentes na sociedade, mas sim como força atuante na promoção de direitos sociais e de ressonância das diversas demandas da sociedade brasileira (Pereira Filho, 2005).

Ele constatou que, embora não exista um modelo universal, e independentemente das modalidades de participação formal em uma empresa de comunicação pública

há um vínculo inerente de seu desenho institucional com a sociedade que o gestou, seja no reflexo das correlações de força de grupos sociais, seja nas omissões e lacunas; as empresas públicas de radiodifusão mantêm estreito diálogo com a trajetória democrática e o perfil de cada Estado nacional (Pereira Filho, 2015).

Uma Comissão Mista para a MP 774 foi instalada no Congresso Nacional no dia 19 de outubro (Senado,) e recebeu pedidos de audiências públicas por parte de organizações e parlamentares que esperam assegurar o debate público. Documentos reafirmando a participação social como fundamento da comunicação pública indissociável da EBC foram produzidos pela Procuradoria Geral do Ministério Público Federal (PFDC, NT 7/16) e Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS, P.3/16). A MP 744 suscita ainda uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, em preparação no momento do

fechamento deste artigo, e na dependência dos rumos da MP 744 no Congresso.

Assim como a trajetória democrática do Estado brasileiro está em questão, abalada por um traumático processo de impeachment e seus desdobramentos, o destino da EBC também está cercado de incertezas. O certo é que a volta da EBC autônoma e participativa, capaz de articular uma Rede Nacional de Comunicação Pública, com a sociedade civil em sua governança, é uma questão chave para a defesa da democracia.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL **Participantes de audiência pública na Câmara defendem manutenção da EBC** Disponível em

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/participantes-de-audiencia-publica-na-camara-defendem-manutencao-da-ebc>> Acesso em 21 jun 2016.

BERGAMO, Mônica. **TV Brasil é para dar voz a quem não tem, diz presidente da EBC.**

Folha de S. Paulo, [S.L], jul. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1788040-tv-brasil-e-para-dar-voz-a-quem-nao-tem-diz-presidente-da-ebc.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

BUCCI, Eugênio. **Temer errou com a EBC.** O Estado de S. Paulo, [S.L], mai. 2016. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,temer-errou-com-a-ebc,10000053509>>. Acesso em: 26 mai. 2016.

CARVALHO, Marco. **Um pouco mais de ética.** Ciranda.net, [S.L], jan./jun. 2016. Disponível em: <www.ciranda.net/Um-pouco-mais-de-etica>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CONGRESSO NACIONAL **Parecer 3/2016.** Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Disponível em <<http://www19.senado.gov.br/sdleg-getter/public/getDocument?docverid=2ee4bfb3-bd4b-4bb8-850c-3d65a3314359;1.0>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CONGRESSO NACIONAL **Instalação** Comissão Mista para MP 744. Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao;jsessionid=6C4FDBEE3E90126029163CA976C0BD6C?0&codcol=2062>>. Acesso em 19 out. 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. **Conselho aprova recomendação para garantir equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC** Disponível em :

<<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/04/conselho-aprova-diretrizes-para-garantir-equilibrio-de-fontes-no>> Acesso em: 📅 22/04/2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. **Cartilha sobre o CC EBC.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/cartilha.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. **Moção de repúdio contra medida provisória que desmonta a ebc.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. **Recomendação Nº 4/2016.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/recomendacao_04_2016_-_recomendacoes_para_mudancas_na_grade_da_tv.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC. **Resolução Nº 1/2016.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/resolucao_01-2016.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC – **Conselho Curador da EBC abre vagas para representantes LGBTT, artistas, área da infância, meio ambiente e empresarial.** Disponível em <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/06/vagas-abertas-no-conselho-curador-da-ebc-para-representantes-lgbt>> Acesso em 17/06/2016.

CONSELHO CURADOR DA EBC – **Pareceres 11/08 e 23/08**– Câmara Temática Programação e Plataformas Disponível em <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/parecer>>. Acesso em 23/08/2016.

FRENTE EM DEFESA DA EBC; CONSELHO CURADOR. **A disputa pela verdade da EBC.** Ciranda, [S.L], p. 10-11, ag./ago. 2016. Disponível em: <http://www.ciranda.net/IMG/pdf/ebc_texto-2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FRENTE EM DEFESA DA EBC; CONSELHO CURADOR. **Um balanço do Conselho Curador.** Disponível em <<http://www.ciranda.net/Um-balanco-sobre-o-Conselho>>. Acesso em: 3 jul 2016.

FRENTE EM DEFESA DA EBC; CONSELHO CURADOR. **Pareceres e notas sobre a EBC.** Disponível em: <<http://www.ciranda.net/Pareceres-e-notas-sobre-a-EBC> >. Acesso em 24 out 2016.

ESTADÃO, Editorial. **A TV chapa-branca.** O Estado de S. Paulo, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-tv-chapa-branca,10000055642>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

ESTADÃO, Editorial. **Debate como eles gostam**. O Estado de São Paulo, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,debate-como-eles-gostam,10000058955>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

FREIRE, Rita. **A disputa pela EBC**. Folha de S. Paulo, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2016/06/1782147-a-disputa-pela-ebc.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FREIRE, Rita. **Debate como é preciso**. Ciranda.net, [S.L], ju./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ciranda.net/EBC-Debate-como-e-preciso>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
FSP, Editorial. Canal chapa branca. **Folha de S. Paulo**, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2016/06/1785534-canal-chapa-branca.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

KRAMER, Dora. **Bye Bye TV Brasil**. O Estado de S. Paulo, [S.L], mai. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/dora-kramer/bye-bye-tv-brasil/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

PLANALTO. **LEI 11.652 DE 7 de abril de 2008 alterada pela MP 744 / 2016** . Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm Acesso em: 02 set. 2016

LÜCHMANN, L. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. Lua Nova, n.84, São Paulo, 2011, p.142-174.

MARQUES, Joseti. **Ouvidoria da EBC responde à crítica do Estadão**. Coluna da Ouvidoria - EBC, [S.L], jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2016/06/ouvidoria-responde-a-critica-do-estadao>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MELO, Ricardo. **A verdade sobre a EBC**. Folha de S. Paulo, [S.L], ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2016/08/1807921-a-verdade-sobre-a-ebc.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

PFDC. **Nota Técnica nº 07/2016**, GT Comunicação Social da PFDC. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/temas-de-atuacao/comunicacao-social/saiba-mais/legislacao-1/nota-tecnica-07-2016-pfdc-mpf>. Acesso em: 07 out. 2016.

O ANTAGONISTA. **E a faxina na EBC?**. Disponível em: <<http://www.oantagonista.com/posts/e-a-faxina-na-ebc>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

O GLOBO - COLUNA LAURO JARDIM. **E a EBC?**. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/e-ebc.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

OS DIVERGENTES. **Governo ignora Conselho da EBC e confirma mudanças na empresa.** Disponível em: <<https://osdivergentes.com.br/andrei-meireles/governo-ignora-conselho-da-ebc-e-confirma-mudancas-na-empresa/>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

PEREIRA FILHO, J. J. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação social: estudo sobre o Conselho Curador**, ECA-USP, São Paulo, 2015
TV BRASIL, **Guilhermina e Candelário**. Disponível em
<<http://tvbrasil.ebc.com.br/guilherminaecandelario>>. Acesso em: 02 set. 2016.

WIZIAK, JÚLIO. **Temer pretende reduzir atuação da EBC e fechar a TV Brasil.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782574-temer-pretende-reduzir-atuacao-da-ebc-e-fechar-a-tv-brasil.shtml>> Acesso em: 17 jun. 2006.

Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública da EBC

Joseti Marques¹

Este artigo atende a convite para apresentar o Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), projeto realizado em acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O projeto ainda está em andamento, com previsão de término em dezembro de 2017, mas seu objetivo principal, que é a constituição do Centro, foi cumprido a partir de sua aprovação pelo Conselho de Administração da EBC, de sua inclusão no Regimento Interno da empresa e no diretório de instituições de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Inaugural no Brasil e na América Latina como centro de pesquisa de uma empresa de radiodifusão pública, o projeto que nasce na EBC pretende ampliar-se através da parceria com universidades e outras entidades do vasto campo da comunicação pública no Brasil e na América Latina. Falar do Centro nesta fase inicial é falar de sua gênese, do caminho que percorremos até aqui. Como responsável pelo desenvolvimento e execução do projeto, adianto-me a pedir desculpas por ser inevitável que em alguns momentos fale em primeira pessoa.

O Acordo de Cooperação entre a EBC e a Unesco foi assinado em 2012, quando a empresa contava apenas cinco anos de sua criação. O vislumbre de que a formação e a inovação eram o caminho para “buscar a excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos”, conforme descrito na lei que cria a EBC, apontava para algo como uma escola – Escola Nacional de Comunicação Pública, como se registrou no projeto original. Os dois anos seguintes ao estabelecimento do acordo de cooperação do foram

¹ Joseti Marques é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), atualmente está em seu segundo mandato como Ouvidora Geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e é diretora nacional do projeto de criação do Centro de Pesquisa Aplicada da EBC.

despendidos em necessárias burocracias pelos responsáveis, sem que se executasse qualquer movimento na realização da planejada Escola.

Em 2014, dois meses antes de assumir a Ouvidoria Geral da EBC, fui convidada pelo então presidente da empresa, Nelson Breve, a assumir a direção do projeto, que já estava prestes a ter o seu prazo vencido. A primeira tarefa foi avaliar a condição e a conveniência de a EBC criar uma escola, uma universidade corporativa, uma escola de governo ou algo que pudesse ser descrito como escola, sem deixar de cumprir os objetivos ambiciosos do projeto. Foram alguns meses de pesquisas, entrevistas e consultas, que acabaram por demonstrar que todo o investimento previsto não poderia ser reduzido apenas a uma proposta de educação corporativa que, aliás, já havia sido implantada na EBC, com uma gerência e estrutura adequadas aos objetivos de capacitação de recursos humanos.

Por outro lado, os dois anos e meio como ouvidora adjunta, responsável pelo monitoramento e análise crítica de conteúdos da TV Brasil, deixaram ver que, na prática, não apenas o conceito de comunicação pública, mas como traduzi-lo em produtos midiáticos ainda era uma grande dificuldade em todos os níveis nos diversos veículos da EBC. A despeito dos esforços de elaboração de manuais, promoção de palestras, convênios com universidades e do interesse dos profissionais em produzir conteúdos diferenciados e de qualidade, não havia um capital de conhecimento que pudesse dar origem a uma escola que viesse a ensinar como fazer comunicação pública. Este foi o principal argumento para que se transformasse o projeto de criação de uma Escola Nacional de Comunicação Pública em um Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública. A proposta foi aprovada em todas as instâncias – pela presidência da EBC, pelo Conselho Curador da empresa, pela Unesco e pela agência de controle do projeto, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Naquele momento, apenas uma dúvida pairava sobre as possibilidades de êxito do projeto reformulado: haveria, na EBC, profissionais com a necessária titulação para inscreverem-se como futuros pesquisadores à altura das exigências do CNPq? Mais que isso: se tivéssemos doutores e mestres, eles teriam interesse em dedicar-se à pesquisa na

empresa onde trabalhavam e da qual tinham tantas queixas, como é comum em empresas? Consultar o RH da empresa não seria suficiente para superar essa etapa. Fizemos uma chamada pela intranet, apresentando aquilo que não era muito mais do que uma intenção estabelecida em um projeto. O retorno foi surpreendente, não apenas por descobrirmos os doutores, mestres e especialistas nos diversos setores da EBC, mas pela quantidade de pessoas interessadas em contribuir para a concretização daquela ideia, em construir espaços de reflexão sobre o que cotidianamente faziam, a partir de um conceito que ainda nem bem se havia estruturado para entrar em cena, na prática – a comunicação pública.

O segundo passo na direção do reconhecimento das possibilidades foi descobrir, no corpo funcional da EBC, os profissionais com “notório saber” e que teriam interesse em participar. Isso foi feito com a contribuição da Unesco, a partir de uma consultoria que visitou todas as áreas da empresa em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo, entrevistou grupos de profissionais e traçou um diagnóstico amplo do capital de conhecimento instalado e da necessidade de formação.

Paralelamente e também com a consultoria da Unesco, realizamos uma pesquisa do tipo *benchmarking* para buscar parâmetros em que pudéssemos nos basear no processo de criação do Centro de Pesquisa da EBC. Segundo o levantamento, nenhuma das associações identificadas na base de dados do Anuário Brasileiro das Ciências da Comunicação (2013) aborda de maneira exclusiva a temática da comunicação e da radiodifusão públicas.

Entre as empresa de radiodifusão pública do mundo, a que mais se aproximou do que buscávamos foi a NHK, do Japão. A cultura japonesa incentiva a pesquisa e a inovação nas organizações, e na década de 1930 inaugurou um laboratório de ciência e tecnologia, o NHK Science & Technology Research Laboratories (STRL), cujos resultados elevaram a empresa ao patamar de líder global no segmento de tecnologias para a radiodifusão. O STRL está comprometido com a promoção da nova geração de tecnologias digitais para a

radiodifusão, como, por exemplo, a nova tecnologia de alta resolução 8K (Super Hi-Vision) e o sistema híbrido que integra radiodifusão e internet.

Mas foi em 1940 que a NHK empreendeu a primeira iniciativa de um centro de pesquisas operado por uma empresa de radiodifusão no mundo – o NHK Broadcasting Culture Research Institute. O instituto japonês observa os vários aspectos da radiodifusão, incluindo o uso da língua japonesa, pesquisas de opinião pública, análise de dados e o desenvolvimento de outras emissoras ao redor do mundo (*benchmarking*). O resultado do investimento em pesquisa é compartilhado através de apresentações, publicações e sites científicos, contribuindo assim com a melhoria constante da programação, da gestão da emissora, da tecnologia, do planejamento e da produção da NHK. O Instituto também pesquisa como a radiodifusão pode se adaptar às novas tendências da comunicação digital, em consonância com as expectativas da sociedade.

No Brasil, em um contexto em que a mídia comercial surgiu primeiro e estabeleceu a hegemonia ao longo de décadas, com alta concentração em mãos de poucos grupos, um Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública terá que enfrentar inúmeros desafios, assim como tem sido para a própria mídia pública. Dentre esses desafios, um que é muito singular e que está descrito na missão da EBC, como tradução da Lei que a criou: “produzir e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”.

Pode-se ver, então, que não estamos falando apenas de competências para produção de informação, de entretenimento, de produtos culturais, mas de tudo isso, nas diferentes plataformas, a partir de novos paradigmas e saberes que se encontram fragmentados em diversos campos de conhecimento – entre eles o saber fazer dos profissionais que diuturnamente entregam, na prática, aquilo que se convencionou chamar de comunicação pública. Nesse sentido, o Centro vem como um polo aglutinador das instâncias produtoras de conhecimento sobre o tema, entre elas, com grande destaque, as universidades brasileiras e de outros países, notadamente os da América Latina, com as quais o Centro se deverá conveniar.

Na empresa, a realização do I Encontro de Pesquisadores da EBC, em junho de 2015, significou um primeiro movimento de reunião desses conhecimentos esparsos. O objetivo principal do evento foi promover, internamente, o reconhecimento dos profissionais que obtiveram titulação em renomadas universidades brasileiras e do exterior, e que estavam se propondo a emprestar seus investimentos pessoais de qualificação ao projeto de criação do Centro de Pesquisa. O evento reuniu palestrantes – futuros pesquisadores – das regionais de Brasília, do Rio de Janeiro com duas edições, e de São Paulo. Naquele momento, estavam inscritos no projeto 14 doutores, 61 mestres e 60 especialistas. As palestras proferidas estarão reunidas nos anais do projeto EBC-Unesco para criação do Centro, com publicação prevista para o ano de 2017, quando deverá ocorrer o II Encontro, dessa vez ampliado para receber os parceiros de outras instituições. No que se refere às atividades de pesquisa, ainda estamos nos movimentos iniciais de organização dos grupos, contando com três GPs já cadastrados no CNPq.

O GP “Produção de conteúdo e participação social em comunicação pública”, cuja proposta de trabalho é monitorar e analisar conteúdos produzidos pelos veículos públicos de comunicação, a partir de fundamentos das teorias críticas, e sistematizar conhecimentos sobre práticas de participação social, como ouvidorias, conselhos e audiências públicas. O GP “Memória, informação e Comunicação”, tem por objetivo desenvolver estudos sobre a relação entre memória e informação no contexto da comunicação pública, a partir de pesquisas que envolvam os acervos herdados e produzidos pela EBC. O GP “Mídias e Tecnologia-MidiaTec”, tem como objetivo estudar e apropriar-se das novas tecnologias, propondo estratégias para o futuro da comunicação pública no Brasil.

Através da contribuição de consultorias da Unesco, estão se desenhando os documentos normativos e regimento interno do Centro, além de outras etapas necessárias à efetiva adequação do novo ente à estrutura da EBC. Como um projeto ainda em curso, este relato dá conta, em linhas gerais, da gênese do Centro de Pesquisa Aplicada que nasce na EBC, mas que, de forma rizomática, pretende estar onde houver interesse no desenvolvimento e fortalecimento da comunicação pública.

Notas sobre a programação infantil da TV Brasil e o respeito às crianças brasileiras

Inês Vitorino Sampaio¹ e Andrea Pinheiro P. Cavalcante²

Introdução

O presente texto tematiza a importância da TV Brasil, emissora pública comprometida com a promoção da diversidade cultural e da cidadania do povo brasileiro. O tema ganha importância peculiar em um momento delicado da história do país marcado, entre outras coisas, pelo desmonte de um projeto de comunicação pública.

No artigo, serão apresentados alguns dados da pesquisa “Qualidade na programação infantil da TV Brasil”, realizada pelo GRIM, Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia, da Universidade Federal do Ceará, com o foco específico na contribuição dessa emissora para a formação das crianças brasileiras.

A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, foi desenvolvida com base em uma amostra de 221 episódios, incluindo os 23 programas infantis exibidos pela emissora no período de outubro de 2010 a janeiro de 2011. São eles: *A turma do Pererê*, *Cocoricó*, *Um menino muito maluquinho*, *TV Piá*, *Catalendas*, *Dango Balango*, *Janela Janelinha*, *ABZ do Zivaldo*, *Castelo Rá-ti-Bum*, *Curta Criança*, *Vila Sésamo*, *Pequeno Vampiro*, *Cidade do Futuro*, *Esquadrão sobre rodas*, *Connie, a vaquinha*, *Os pezinhos mágicos de Franny*, *Louie*, *Mecanimais*, *Thomas*, *Princesa Sherazade*, *Bill Tampinha e sua melhor amiga Corky*, *Barney e seus amigos* e *Os Heróis da Praia*.

A abordagem quantitativa do estudo foi feita através na análise de conteúdo com base nas proposições de Mayring (1994), Früh (1991) e Merten (1995). A análise qualitativa

¹ Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Ceará.

² Doutora em Educação – Universidade Federal do Ceará.

se orientou por critérios de qualidade reconhecidos na literatura internacional, sistematizados por diversos pesquisadores, como Tur Viñes (2005) e Rincón(2005).

O texto está dividido em quatro seções. Além desta Introdução, consta um breve histórico da EBC, seguido de um delineamento da pesquisa sobre a qualidade da programação infantil da TV Brasil e as considerações finais.

EBC e a comunicação pública

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi instituída como sistema público de radiodifusão, sendo responsável pela gestão das emissoras federais de rádio e televisão existentes. Consta na Lei de criação da EBC³, que seu princípio norteador é a promoção da cultura nacional e da cidadania, pautada pelo compromisso com uma programação plural, com vistas a desenvolver o pensamento crítico do cidadão brasileiro. Para dar conta deste enorme desafio, foi criado o Conselho Curador da EBC, composto por 22 membros, entre representantes da sociedade civil, do Governo Federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores desta Empresa.

Naquele contexto, 2007, a discussão sobre a constituição de um sistema público de comunicação e mais especificamente de uma emissora pública de televisão, teve como esteio a luta pela democracia da comunicação que, entre outros aspectos, problematizava o modelo de exploração comercial de rádios e TVs, vigente no País. (OTONDO, 2008). A TV Brasil foi, então, criada com o compromisso de fomentar uma programação plural que buscava se aproximar das diversidades regionais e culturais do povo brasileiro.

É possível afirmar que, mesmo se tratando de uma TV pública em fase de consolidação, a TV Brasil nasceu incorporando “as melhores tradições da TV brasileira quanto à defesa do interesse público e, especialmente no caso da programação infantil, de

³ A EBC foi criada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva em outubro de 2007, ao editar a Medida Provisória 398, depois convertida pelo Congresso na Lei 11 652/2008.

respeito à criança, como são exemplos as produções internacionalmente premiadas nela exibidas: “Castelo-Rá-Tim-Bum”⁴ e “Cocoricó”⁵ (SAMPAIO e CAVALCANTE, 2012).

Através de Medida Provisória, no dia 02 de setembro de 2016, antes de completar uma década, esta experiência ainda incipiente de uma TV pública brasileira, foi arbitrariamente interrompida com a extinção do Conselho Curador da EBC. No esteio de uma ruptura institucional no país, esta iniciativa se configurou como uma das primeiras ações de um governo ilegítimo, que chega sorrateiramente à Presidência em flagrante desrespeito à democracia e à Constituição Federal de 1988.

O GRIM tem se manifestado contrário a tais medidas por entender que “defender a CF/88 é defender direitos humanos de crianças e adolescentes e que, portanto, um golpe desfechado contra a Lei Maior de nosso país é uma violência contra crianças e adolescentes” (GRIM, 2016). No campo mais específico de sua atuação, o GRIM assume que defender, promover e fiscalizar direitos humanos de crianças e adolescentes, em especial seu direito a uma comunicação de qualidade é expressão do nosso compromisso em honrar a infância e suas múltiplas configurações no país.

Diante desse compromisso, resgatamos algumas conquistas trazidas pela EBC em sua programação infantil e apontamos alguns riscos da ingerência governamental em sua configuração, que evidencia uma forma de fazer política que agride princípios basilares que nortearam a sua instituição.

Crítérios de Qualidade e a programação infantil da EBC

Como assinala Tur Viñes (2005), estudos desenvolvidos pela *Australian Broadcasting Authority* (ABA), pelo *Annenberg Public Policy Center* (APPC) e pelo *Conselho Nacional de*

⁴ A série *Castelo Rá-tim-bum* conquistou o prêmio NHK do Japão, em 1995 e o prêmio UNESCO no IV Festival de filmes para crianças e adolescentes, o *Divercine*, em 1997, entre outros.

⁵ A série *Cocoricó* conquistou o *Prix Jeunesse Iberoamericano* em 2003 e o prêmio de melhor programa infantil pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1996.

Televisão no Chile (CNTV) reconheceram o caráter multifatorial do conceito de qualidade, destacando que ele abrange aspectos audiovisuais, de conteúdo, do entretenimento, do cumprimento das regulações e relativas à oferta de programas/publicidade.

A qualidade de uma obra televisiva não decorre, portanto, apenas de um atributo *per se* da obra audiovisual, mas define-se numa perspectiva relacional desta com os contextos de produção, de emissão e o público, ou seja, com o conjunto dos agentes do processo comunicativo (Richeri e Lasagni, 2006: p. 79-80). Frente ao debate internacional sobre o que significa qualidade em obras audiovisuais, os autores ressaltam um consenso fundamental: [...] *“el sistema televisivo debe ofrecer una amplia elección de programas, que deben diversificarse como géneros, como contenidos, como tipologías y estilos, como posiciones y opiniones expresadas...”* (2006, p. 22).

No caso da televisão pública, a consideração do princípio da *diversidade* como critério norteador de sua programação, se constitui em um imperativo ainda maior, dada a responsabilidade das emissoras públicas de se comunicarem com todos os cidadãos. Ao critério da diversidade, postulam os autores, soma-se o desafio da inovação: *“la experimentación, la innovación, sería una de las tareas, de los deberes de la televisión pública, que debe poder desengancharse de la lógica de la audiencia como única reguladora del palimpsesto”* (2006, p.90).

Embora trate-se de um aspecto que deveria estar sempre presente na produção audiovisual, ele também se coloca de forma mais contundente para a TV Pública, dada a sua maior possibilidade de escapar às exigências mercadológicas, em razão de seu compromisso maior com a sociedade. Por isso mesmo, o pacto comunicacional de defesa da democracia e do interesse público, firmado entre a emissora e o público, é condição para a sua existência e precisa ser levado a sério.

A TV pública, em especial, tem diante de si o compromisso de promover a formação de um público de cidadãos e não apenas de consumidores. Ela tampouco pode estar condenada à marginalidade e à irrelevância social. É precisamente este entendimento que

está sistematizado por pesquisadores como Rincón, Fuenzalida, Orozco-Gómez e Martín-Barbero, na obra “Televisión Pública: del consumidor al ciudadano”⁶.

Em nosso país, a TV Brasil⁷ iniciou uma bela história orientada por esse compromisso expressa em políticas muito concretas. Assegurar 07 (sete) horas diárias de programação infantil em um país no qual emissoras privadas têm deixado de cumprir responsabilidades constitucionais para com a infância, já pode ser visto como um primeiro diferencial. Manter essas 07 (sete) horas de programação, sem assediar a criança com publicidade, ou seja, sem que esta programação seja refém do interesse de anunciantes que tendem a transformar a programação infantil em “vitrines de produtos” é, sem nenhuma dúvida, uma opção de respeito à criança que precisa ser reconhecida. Tal postura é *per si* reveladora desse compromisso de ver as crianças brasileiras em sua condição de cidadãs.

Na análise mais ampla desenvolvida pelo GRIM sobre a programação infantil da TV Brasil, critérios de qualidade sugeridos pela literatura internacional sobre o tema foram considerados, além de diretrizes internacionais sobre o tema, como a diretiva “TV sem Fronteiras”⁸, a Carta da Televisão para Crianças⁹ (1995), a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002)¹⁰, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)¹¹ e o Manual da Classificação Indicativa (2006)¹².

Nesse levantamento, foi possível observar que alguns critérios sobressaíam como mais recorrentes, tais como o *potencial de entretenimento, a qualidade estética,*

⁶ RINCÓN, Omar. **Televisión Pública: del consumidor al ciudadano**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

⁷ Televisão pública nacional gerida pela Empresa Brasil de Comunicação.

⁸ A diretiva “Televisão sem Fronteiras” da Comissão Europeia foi publicada em 1989, tendo sido revista em 1997.

⁹ Publicada em CARLSSON, Ulla (Org.). **A criança e a violência na mídia**. Brasília: UNESCO, 1999.

¹⁰ UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 10 out.2010.

¹¹ BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 out.2010.

¹² ROMÃO, José Eduardo; CANELA, Guilherme; ALARCON, Anderson (orgs.) **Manual da Nova Classificação Indicativa**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, 2006.

envolvimento, a compreensibilidade, a inocuidade, a credibilidade e os modelos de conduta construtivos presentes na obra audiovisual. Estes e outros fatores como a composição da oferta de programação em seu conjunto e em sua disposição por horários, os aspectos formais das obras (estéticos, de linguagem etc.), além de outros como *procedência, tempo de emissão, temática abordada, formato, gênero e faixa etária* foram considerados. Mas foi o critério do respeito à *diversidade* que, em suas variadas dimensões, assumiu um caráter estruturante nessa pesquisa.

Na impossibilidade de procedermos a um detalhamento do conjunto desta análise no espaço restrito de um artigo, apresentamos a seguir alguns achados da pesquisa em relação aos fatores de *procedência das produções, representações da criança, temáticas privilegiados, inocuidade e modelos de conduta*.

No que concerne à procedência das obras audiovisuais, as produções internacionais predominam, alcançando 57,6% da programação infantil, com o predomínio da produção europeia, que respondia por 66,56% do material exibido. Temos aqui o importante acesso à produção internacional de conteúdos audiovisuais e a sua diversificação em relação à produção comercial hegemônica oriunda dos EUA e Japão, permitindo às crianças brasileiras o acesso a outras referências estéticas e de linguagem. Em contraponto, a produção latino-americana, mais próxima às nossas raízes culturais não se fazia presente. No plano nacional, verificamos ainda a concentração das produções no Sudeste com 88,89%¹³.

Em que pese tratar-se de uma prevalência que decorre de outros fatores não restritos à emissora, como a política de fomento ao audiovisual no país, revela comprometimentos a serem superados. O estudo também identificou que a diversidade de infâncias brasileiras, suas brincadeiras, tradições, linguagens etc. se revelava em programas como o TV Piá, o Catalendas e Dango Balango, vistos como experiências a serem ampliadas. No TV Piá, a título ilustrativo, crianças de todo o país, de áreas urbanas e

¹³ No que concerne à origem, o Rio de Janeiro sozinho respondia por 55,56% da programação infantil nacional da emissora.

rurais brincavam de diferentes formas, apresentavam-se com distintos vestuários, recorriam a termos e sotaques singulares para se comunicar e até mesmo conduzir o programa, inovando na linguagem e na afirmação da participação infantil nos processos comunicacionais.

Em relação às temáticas abordadas de forma central ou predominante nos episódios analisados, eles são reveladoras do foco de atenção que a emissora confere ao processo formativo de crianças e adolescentes, possibilitando avaliar também se o critério da diversidade está sendo contemplado.

As temáticas foram organizadas de acordo com nove categorias presentes no estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Televisão do Chile, na pesquisa *Barómetro de La Calidad de La Programación Infantil Abierta Chilena*. São elas: Vida Cotidiana, História, Arte/Música/Cultura, Natureza, Entretenimento, Ciência e Tecnologia, Aventuras, Esporte e Saúde e Outros.

Desse conjunto temático, sobressaiu em 76,47% temas ligados à Vida Cotidiana, abordando relações familiares, de amizade e no contexto escolar. Trata-se de uma abordagem legítima e adequada, pois permite uma aproximação com as vivências infantis ordinárias, estimulando um processo de aprendizagem diante das situações vividas. Algumas temáticas importantes poderiam ser melhor exploradas, tais como "Arte/música/cultura", "Natureza" e "Ciência e Tecnologia", com incidência de apenas 11,31%, 6,79% e 1,36% de ocorrência. O mesmo ocorre com as temáticas de "História" e "Esportes e Saúde", que por sua importância poderiam ser mais valorizadas e apareceram como temas centrais em menos de 1% dos episódios. Vale ressaltar em relação a tais temas, a finalidade da EBC, como empresa pública de comunicação, de complementar e ampliar a oferta de conteúdos, assegurando, tal como previsto em sua carta de princípios uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania¹⁴.

¹⁴ Diário Oficial da União, datado de 25 de outubro de 2007.

Nesses dois últimos aspectos – modelos construtivos de conduta e inocuidade – buscamos avaliar o modo como o entretenimento proposto nas obras possibilitava às crianças situações de aprendizagem e o contato com valores e atitudes positivas. Em relação ao primeiro fator - modelos construtivos - foram consideradas 8 (oito) categorias, apresentadas a seguir com seus respectivos resultados: presença de comportamentos cooperativos, solidário e de ajuda aos demais (89,1%); apresentação de atitudes denotadoras de responsabilidade (77,8%); presença de comportamentos que valorizam a honestidade (62,0%); apresentação de atitudes que valorizam o respeito aos demais (90,0%); presença de atitudes que valorizam a capacidade de resolução pacífica de conflitos (51,6%). Pelo exposto, é possível depreender, sem grande dificuldade, que a programação infantil da TV Brasil apresenta uma programação que valoriza o processo formativo das crianças brasileiras.

No que concerne, finalmente, a exibição de conteúdos que possam por em risco o bem estar da criança, ela raramente ocorreu. Um exemplo indicado na pesquisa foi o de um episódio da animação *Esquadrão Sobre Rodas*, no qual o personagem Johny joga cal em cima de outras pessoas que o perseguiam, sem que haja uma condenação do feito. Na maior parte dos programas analisados (89,14%), não foram verificadas inadequações. Tendo em vista os parâmetros consolidados no Manual da Classificação Indicativa, excetuando algumas situações mais típicas (6,33%), no conjunto da programação não foram localizadas situações nas quais eram exibidos conteúdos violentos gratuitos e/ou sem condenação do ato violento; conteúdos sexuais gratuitos e/ou desassociados de algum objetivo formativo; cenas de contato com drogas sem relação com objetivo formativo; cenas de discriminação sem condenação desse tipo de atitude; comportamentos repreensíveis/ não desejáveis sem condenação; comportamentos/conteúdos que valorizam o consumo como forma de valorização da beleza física e/ou corpo como condição imprescindível para uma vida mais feliz e/ou para aceitação social e/ou para aceitação no grupo, que foram em linhas gerais, as categorias consideradas.

Considerando os critérios acima elencado, entre muitos outros que foram

analisados, o estudo chegou à seguinte conclusão:

Os programas exibidos, regra geral, estão em sintonia com os princípios e os objetivos da emissora de *desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania*. Além disso, respondem a critérios básicos sobre a qualidade no que diz respeito a programação infantil, tais como: diversidade, inovação/criatividade, pertinência/coerência, sintonia com o mundo de experiência da criança, entre outros. Apresentam conteúdos fundamentais para a promoção do o desenvolvimento integral da criança, evidenciando a possibilidade concreta de tratar com equilíbrio formação e diversão.

O leque de programas exibidos pela emissora vem trazendo à cena midiática do país elementos fundamentais para o processo de formação de nossas crianças, tais como a manifestação de diferentes modos de viver a infância nas diversas regiões do país, a exibição de narrativas pautadas em diferentes temas, formatos e linguagens, com potencial para estimular o desenvolvimento integral das nossas crianças.

Em um contexto no qual se verifica um retrocesso em relação à classificação indicativa de obras audiovisuais no país, na contramão de políticas protetivas internacionais e do princípio constitucional do melhor interesse da criança, vale ressaltar a atenção que a EBC e a TV Brasil têm manifestado em relação à observação do critério da *inocuidade* das obras audiovisuais exibidas às crianças brasileiras em sua programação. Estas são algumas conquistas que se tornam ameaçadas diante da ingerência, já em curso, na EBC, com a dissolução do seu Conselho Curador.

Considerações finais

Além de reconhecer a qualidade da programação infantil da TV Brasil, vinculada à EBC, o estudo desenvolvido pelo GRIM, apresentou sugestões voltadas ao aprimoramento de lacunas encontradas nesse projeto que, de forma ainda incipiente, buscava se firmar. Algumas dessas lacunas foram aqui apontadas, tais como a prevalência de produções estrangeiras na sua programação e a ausência de produções latino-americanas, a concentração da produção nacional na região Sudeste, o baixo índice de temáticas

centrais vinculadas a “Arte/música/cultura”, “Natureza”, “Ciência e Tecnologia”, “História” e “Esportes e Saúde” nas narrativas e a presença, mesmo que bastante reduzida, de conteúdos inadequados em alguns programas, como na animação *Esquadrão sobre Rodas*.

Na perspectiva de superar os problemas mencionados e fortalecer o processo nascente de uma TV Pública, o estudo sugeriu:

- Rever a predominância de Programas Internacionais na grade de programação, tendo em vista a missão da EBC como emissora pública, no sentido de promover a cultura nacional e cumprir seu objetivo de “VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão”;
- Realizar uma cartografia das obras audiovisuais produzidas em outras regiões do mundo, além da europeia, canadense e americana, em particular, da América-Latina;
- Reverter a situação de ausência de programas latino-americanos na grade de programação da TV Brasil, não só por tratar-se do continente onde o Brasil está situado, mas em razão dos processos históricos e culturais que nos unem. Ainda que reconheçamos que a produção da América-latina não tenha o mesmo vigor, em termos de volume de produção, comparada à europeia, americana e canadense, ela existe e tem reconhecimento internacional quanto à sua qualidade.
- Realizar uma cartografia das obras audiovisuais produzidas em outras regiões do país, além da sudeste;
- Assegurar a presença de programas produzidos nas diversas regiões brasileiras, em especial as regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste e Sul e ampliar a participação de programas da região Norte na grade da emissora, como forma de assegurar o critério da regionalização, a pluralidade e diversidade de conteúdos;
- Realizar parcerias e intensificar a política de editais de fomento para ampliar a oferta de produções audiovisuais da várias regiões do país”. [...]
- Aumentar o número de episódios com temas centrais em “Arte/música/cultura”, “Natureza” e “Ciência e Tecnologia”, que aparecem na programação apenas com 11,31%, 6,79% e 1,36% de ocorrência, respectivamente; [...]
- Incentivar a produção do público infanto-juvenil e criar mecanismos de incorporação dessas produções na grade de programação da emissora;
- Rever e excluir inteiramente da programação da emissora episódios nos quais aparecem inadequações, como comportamentos violentos e/ou agressivos gratuitos e que não foram seguidos de algum questionamento e/ou condenação, situações que possam implicar em risco para a criança, entre outros. A promoção de programação sem nenhum tipo de inadequação deve ser meta de toda programação televisiva destinada ao público infantil, em particular, da rede pública; (SAMPAIO e CAVALCANTE, 2012).

Como assinalou o estudo em suas conclusões, as sugestões apresentadas tiveram o propósito de contribuir para que a TV Brasil aprimorasse ainda mais o padrão de qualidade que já se constitui uma marca de sua programação para o público infanto-juvenil.

As investidas do atual governo, em parceria com sistema midiático hegemônico contra a EBC, evidencia o quanto esse projeto de uma TV pública incomoda. O incômodo maior reside na sua potência como projeto bem sucedido de emissora pública, pois ele atesta que outra forma de produzir comunicação com/para/sobre a criança – com beleza, encanto e respeito à sua condição de cidadã - é possível. É esta possibilidade real de que crianças, adolescentes e jovens ampliem seu horizonte formativo, reconhecendo-se como iguais em sua humanidade e em seus direitos, que também é atacada com a proposta da escola “sem partido”, sem arte, sem movimento e sem memória.

O golpe que destituiu de forma ilegítima uma PresidentA eleita e a ingerência arbitrária do atual governo na EBC, em sintonia com a campanha de setores da imprensa a esta empresa pública de comunicação, assim como à TV Brasil são faces de um mesmo processo que ameaça o exercício da cidadania e dos direitos humanos no país, em especial, o direito de crianças e adolescentes viverem em uma sociedade democrática e plural, acessando e produzindo comunicação de qualidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 11 652/2008. Dispõe os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm

CNTV. Barómetro de La Calidad de La Programación Infantill Abierta Chilena. Disponível em <http://www.cntv.cl/medios/Publicaciones/BarometroCalidadInfantil.pdf>

FRÜH, W. **Inhaltsanalyse**. 3.Auflage. München: Verlag Ölschläger, 1991.

MAYRING, P. **Qualitative Inhaltsanalyse. Grundlage u. Techniken**. 5. Aufl. Weinheim: Deutsche Studien Verlag, 1994.

MERTEN, K. **Inhaltsanalyse. Einführung in Theorie, Methode und Praxis**. Opladen: Westdt. Verlag, 1995.

OTONDO, T. M. **Televisão pública na América Latina: para quê e para quem?**. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-01122009-102437/pt-br.php>> Acesso em: 28.09.2016.

RICHERI, G.; LASAGNI, M. C. **Televisión y calidad** – El debate internacional. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

RINCÓN, O. **Televisión Pública: del consumidor al ciudadano**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

ROMÃO, José Eduardo; CANELA, Guilherme; ALARCON, Anderson (orgs.) **Manual da Nova Classificação Indicativa**. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, 2006.

SAMPAIO, I. S.V.; CAVALCANTE, A.P.P. **Qualidade na programação infantil da TV Brasil**. Florianópolis, Insular: 2012.

Tur VIÑES, V.. Aproximación a La medida empírica de La Calidad Del audiovisual dirigido a niños in **Comunicar**, n.025, Grupo Comunicar, Huelva, Espanha, 2005. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/13442>>. Acesso em: 06 set. 2010.